

Afirmativa

Ano 11 • N° 53 • AFROBRAS, SEM EDUCAÇÃO NÃO HÁ LIBERDADE

plural



**A Negra mais Bela
do Mundo!**

Atriz Lupita Nyong'o.



Fone Fácil Bradesco: 4002 0022 / 0800 570 0022

SAC – Alô Bradesco: 0800 704 8383

SAC – Deficiência Auditiva ou de Fala: 0800 722 0099

Ouvidoria: 0800 727 9933

bradesco.com.br  @Bradesco  facebook.com/Bradesco



Biometria

Pagamento de Conta
via Celular



Geolocalização

O que vem depois de uma inovação?

É a pergunta que nos fazemos todos os dias. Que nos inspira e que move nosso trabalho. E que traz as respostas que ajudam a deixar sua vida mais fácil.

Bradesco Next. A plataforma de inovação do Bradesco.

Acesse
bradesconext.com.br
e saiba mais.



Bradesco

Tudo de BRA para você.

Entrevista Especial

Os negros precisam de visibilidade social e política 8

Cidadania

Comissão Nacional da Verdade sobre a Escravidão Negra no Brasil - Humberto Adami 12

Artigo

Mulher negra não é fantasia de Carnaval 16

Desigualdades sociais: o que as empresas podem fazer para superá-las? - Eliane Barbosa 18

Política

A luta da mulher negra pela igualdade política - Janete Pietá .. 24

Histórias e lutas - Benedita da Silva 26

As mulheres de nossas vidas - Rosenildo Gomes Ferreira 30

As mulheres e a democracia 32

Perfil

A mãe dos Direitos Civis 36

Sônia Guimarães 38

Michelle Obama 39

Carolina de Jesus 40

Theodosina Ribeiro 42

Graça Machel 43

Oprah Winfrey 44

A mais bela do planeta 46

Racismo

21 de março: Dia Mundial da Luta contra a Discriminação Racial 48

A mulher negra nos dias de hoje 50

Mulheres em marcha: unidas pela equidade 52

Cultura

Selma, o filme 56

Preto & Branco

Paulina Chiziane 58

ndice

Afirmativa Plural é uma publicação da Afrobras - Sociedade Afro Brasileira de Desenvolvimento Sócio Cultural, Centro de Documentação, através da: Editora Unipalmares Ltda., CNPJ nº 08.643.988/0001-52. Com periodicidade bimestral. Ano 11, Número 53 - Av. Santos Dumont, 843 - Bairro Ponte Pequena - São Paulo/SP - Brasil - CEP 01101-080 - Tel. (55 - 11) 3325-1000. www.afrobras.org.br

CONSELHO EDITORIAL: José Vicente • Francisca Rodrigues • Paulo Rolim • Humberto Adami • Sônia Guimarães.

DIREÇÃO EDITORIAL E EXECUTIVA: Jornalista Francisca Rodrigues (Mtb.14.845 - francisca@afrobras.org.br).

FOTOGRAFIAS: J.C. Santos e Divulgação.

EDIÇÃO: Francisca Rodrigues

COLABORADORES: Eliane Almeida, Fátima Brito e Taise Oliveira.

ASSINATURA E PUBLICIDADE: Maximagem Mídia Assessoria em Comunicação - Francisca Rodrigues - (francisca.rodrigues@afrobras.org.br) • Tel.(11) 3325-1000.

CAPA: reprodução Facebook Oficial Lupita Nyong'o.

EDITORAÇÃO: Ponto a Ponto Comunicação • Tel. (11) 4325-0605.

Mulheres, cada vez mais fortes!

Esta edição da Afirmativa Plural é dedicada especialmente às mulheres, em comemoração ao 8 de março, quando o mundo - pelo menos o comércio - se volta para homenageá-las.

Embora muitas das mulheres aqui apresentadas sejam fortes, revolucionárias, bilionárias, a mais bela do planeta, a mais poderosa do país, a mais inteligente, faz parte da NASA (um mundo muito masculino) e assim por diante, ainda existe uma realidade bem diferente e difícil para a grande maioria das mulheres, que também é maioria no mundo.

da Silva, do PT, carioca, e uma baiana, Lídice da Mata, do PC do B, que foram constituintes", diz Janete Pietá em seu artigo.

Outro artigo da Dra. Eliane Barbosa analisa o mercado de trabalho e diz que uma análise dos indicadores sociais de rendimento do trabalho e educação revela que a classificação de um indivíduo em cada um dos grupos explica, pelo menos em parte, a sua trajetória no mundo corporativo. "Demonstra que as mulheres negras constituem o grupo que goza de menos oportunidades de trabalho e fica com o menor retorno esperado pelo investimen-

Vejamos: o número incrivelmente reduzido de mulheres que ocupam cargos públicos - atualmente, uma média mundial de 19% nas assembleias nacionais - constitui um déficit a corrigir.

"A história da participação política da mulher no Brasil é uma colcha de retalhos. A primeira prefeita eleita foi Alzira Soriano em 1929, casada pelo Senado, que lhe retirou todos os votos das mulheres. Mesmo sendo fazendeira, numa sociedade conservadora e patriarcal, como uma mulher poderia governar? Era inadmissível.

Se assim era para as mulheres brancas, imagine-se o que era a realidade para a mulher negra numa sociedade racista e escravocrata. Só em 1986 foram eleitas as primeiras duas negras, Benedita

to em educação, encontrando-se sobremodo sub-representadas nas grandes corporações."

A Afirmativa Plural também traz artigo do Dr. Humberto Adami explicando sobre a Comissão Permanente da Verdade sobre a Escravidão Negra no Brasil, empossada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados em fevereiro e quais serão os trabalhos dessa comissão e os resultados esperados, entre outros assuntos.

Enfim, a Afirmativa está cheia de belas, fortes e corajosas mulheres negras e de homens que trabalham para que todos tenhamos um mundo melhor.

Boa leitura!

*Francisca Rodrigues,
Editora Executiva.*

ditorial



**HÁ 10 ANOS REUNINDO
OS LÍDERES DO BRASIL
E DO MUNDO POR
UM PAÍS MAIOR.
POR UM PLANETA MELHOR.**

O LIDE - Grupo de Líderes Empresariais acredita que as grandes oportunidades nascem do debate de grandes temas. E que quando os principais líderes se reúnem para dividir experiências e discutir ideias, quem ganha é o mundo.

Por isso, há 10 anos, o LIDE reúne empresários e dirigentes públicos em fóruns de negócios, workshops, seminários e atividades com agenda de desenvolvimento econômico e social. Com a participação de grandes lideranças, os resultados também são expressivos. Presente em 12 países e 4 continentes, o LIDE conta com mais de 1.600 empresas privadas entre as maiores corporações do mundo. Se sua empresa ainda não faz parte do LIDE, está na hora de participar.

LIDE. Quem é líder, participa.



os negros precisam de visibilidade social e política

Por Fátima Brito

Ministra de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, revela, sem rodeios, algumas das ações que estão sendo efetivadas com vistas à população negra e suas principais atribuições para eliminar o preconceito racial no Brasil.

Indicada pela Presidente da República, Dilma Rousseff, em seu segundo mandato ao cargo de Ministra de Estado da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, conhecida como a primeira mulher negra a chefiar uma universidade federal, acumulando títulos acadêmicos na área de pedagogia, Mestra em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP) e Pós-doutora em Sociologia pela Universidade de Coimbra, Nilma Lino Gomes, nasceu em Belo Horizonte (MG), e é docente do quadro da Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisadora das

áreas de Educação e Diversidade Étnico-Racial, com ênfase especial na atuação do movimento negro brasileiro. Como titular da pasta da SEPPIR foi a primeira mulher negra a chefiar uma Universidade federal no Brasil. Integra também o corpo docente da pós-graduação em Educação Conhecimento e Inclusão Social - FAE/UFMG e do Mestrado Interdisciplinar em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (UNILAB).

Sob sua tutela está uma das principais missões da pasta que é a de desestigmatizar a raça negra no Brasil, bem como, executar ações e fomentar projetos com vistas a suprir as necessidades básicas desta população, tais como: educação, saúde, acesso ao

mercado de trabalho e serviços públicos, fim da violência contra a mulher ou enrijecimento das leis, aumento de autoestima, entre outros. Trata-se de uma missão que contará com uma equipe multiprofissional e atenta aos anseios e desafios da categoria.

Leia abaixo uma entrevista exclusiva da Ministra Nilma Lino Gomes para a Afirmativa Plural com algumas diretrizes e ações assertivas que estão em andamento nesta sua gestão para vencer o Racismo no Brasil:

Afirmativa Plural: Qual a sua avaliação sobre os avanços e novas perspectivas para a mulher negra no Brasil?

Nilma Lino Gomes: Tivemos, na última década, uma melhora significativa dos indicadores sociais

no país, sobretudo aqueles relativos à escolarização, renda e trabalho, o que é resultado da universalização das políticas sociais, mas também das ações afirmativas que buscam corrigir distorções praticadas contra grupos historicamente discriminados, como é o caso da população negra. Apesar dos avanços registrados nesse período sabemos que ainda estamos longe de superar as desigualdades que atingem a população negra e, em especial, as mulheres negras, que representam 26,6% de toda a população brasileira. Nesse sentido que a SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial tem como desafio a continuidade e o aprimoramento de ações que resultem em sociedades que lutem, permanentemente, pelo desenvolvimento e implementação de políticas públicas que atendam as diferentes necessidades dessa parcela significativa da sociedade.

Afirmativa Plural: As políticas públicas são efetivas para os negros?

Nilma Lino Gomes: Existem hoje ações e políticas específicas para a população negra, como é o caso do Plano de Prevenção à Violência Contra a Juventude Negra, o Juventude Viva. Mas estamos falando de uma pauta nova, que só recentemente entrou na agenda nacional, graças à luta incessante do Movimento Negro. A criação da Seppir, em 2003, representou o reconhecimento, pelo governo brasileiro, da importância do tema e da necessidade de políticas específicas de combate ao racismo e promoção da igualdade racial. Estamos falando de uma política intersetorial, que dialoga com as diversas áreas do governo federal, visando à construção conjunta de ações voltadas para essa parcela da população. Por meio dessas ações, es-



Nilma Lino Gomes.

peramos, a médio e longo prazo, corrigir as desigualdades historicamente acumuladas, dando visibilidade social e política aos negros, o que muitas vezes ocorre pelo lado negativo e não pelo aspecto da cidadania, do direito. Portanto, acredito que já avançamos, mas ainda temos muito a fazer para que essas políticas promovam a mudança efetiva que queremos.

Afirmativa Plural: Considera que o país avançou muito no quesito da Igualdade Racial? Ou a luta fica mais árdua a cada dia?

Nilma Lino Gomes: A luta sempre foi e sempre será árdua. Nasceremos e vivemos em uma sociedade com mentalidade colonial, marcada por desigualdades sociais, raciais, de gênero e orientação sexual. Mas, como já disse, acredito que demos saltos importantes. A institucionalização da pauta possibilitou diversos avanços, a começar pelos marcos legais que tornam possível transformar a política de promoção da igualdade racial em uma política de Estado, ou seja, uma política permanente, que não depende da maior ou menor sensibilidade dos governantes sobre o tema. Esses marcos incluem a Lei nº 10.639, de 2003, que estabelece o ensino da História e da cultura africana e afro-brasileira nos currículos das escolas de ensino fundamental e médio da educação básica, uma das primeiras leis baseadas em ações afirmativas; a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, aprovada em 2006; a Lei nº 12.288, de 2010, que criou o Estatuto da Igualdade Racial, e a Lei nº 12.711, que estabeleceu, em 2012, o Sistema de Cotas nas Instituições Federais de Ensino Médio e Superior.

Afirmativa Plural: Hoje, quais são as principais dificuldades enfrentadas

pela mulher negra no Brasil e no mundo? Podemos afirmar que os anseios e desafios são semelhantes nos diferentes países?

Nilma Lino Gomes: É difícil fazer essa afirmação, em virtude dos múltiplos fatores regionais associados a cada Continente. No caso específico do Brasil, destacaria os quesitos renda, educação e trabalho. No caso da renda, as mulheres negras são o menor grupo de rendimento do país. Essa disparidade está associada tanto ao pertencimento racial, quanto ao

“A luta sempre foi e sempre será árdua. Nasceremos e vivemos em uma sociedade com mentalidade colonial, marcada por desigualdades sociais, raciais, de gênero e orientação sexual.”

Nilma Lino Gomes.

gênero e à valorização (ou desvalorização) das atividades tradicionalmente exercidas pelas mulheres negras. Isso nos traz o duplo desafio de promover equivalência de oportunidades para pessoas negras e brancas, homens e mulheres, e de valorizar certas categorias profissionais, como é o caso do emprego doméstico. Nos últimos dez anos, houve avanços na empregabilidade, mas observa-se a permanência de disparidades entre sexo e raça, o que indica a necessidade de ações intersetoriais para corrigir essas distorções. Na educação a média de anos

de estudo cresceu nos últimos tempos, sobretudo na população negra, mas apesar da redução das desigualdades, a média de escolaridade das mulheres negras continua inferior à média das mulheres brancas. O maior desafio, portanto, é continuar lutando contra essas desigualdades, com a criação de oportunidades iguais.

Afirmativa Plural: Existe alguma área específica na qual gostaria de ver mais fortemente a presença da mulher negra?

Nilma Lino Gomes: Gostaria de ver as mulheres, em especial às mulheres negras, ocupando postos de destaque nas mais diversas áreas, como por exemplo, no parlamento e em diferentes setores econômico e produtivo. Essas, certamente, são formas de avançar com o protagonismo das mulheres negras para a efetivação da democracia e para a construção social, política e econômica do país.

Afirmativa Plural: Quais são os principais movimentos existentes no país e suas principais causas? Tem atingido os objetivos?

Nilma Lino Gomes: Tudo que foi construído até o momento foi fruto do debate e da participação dos movimentos sociais. O Movimento Negro cresceu muito e é protagonista de uma luta histórica, conjunta, de parcerias. Portanto, não podemos citar uma entidade, um movimento, pois estamos falando de um trabalho coletivo.

Afirmativa Plural: Quais os principais projetos e ações da Seppir voltados à população negra, em especial no quesito educação, sexualidade e discriminação de gênero e raça?

Nilma Lino Gomes: Nesse momento, para dar continuidade às boas iniciativas e ver o que precisa ser aperfeiçoado, estamos avaliando as

Nilma Lino Gomes.



ações já implementadas, incluindo os programas existentes dentro e fora da Seppir. Como trabalha com uma política intersetorial, é papel da Secretaria dialogar com todos os Ministérios e construir ações conjuntas, o que é um desafio político, pedagógico, orçamentário e de articulação. Mas, para facilitar a compreensão e conhecimento, sugiro que as pessoas acessem o site da Secretaria (www.seppir.gov.br), onde poderão se informar sobre as principais ações da Seppir.

Afirmativa Plural: Neste mês, internacionalmente dedicado às mulheres, o que elas têm a comemorar?

Nilma Lino Gomes: Embora seja importante reconhecer o conjunto das dificuldades enfrentadas pelas mulheres no Brasil, em especial as mulheres negras, é essencial destacar os passos que estão sendo dados pelo

Estado brasileiro, em parceria com a sociedade civil, para superar problemas históricos, como a questão da violência doméstica, e as desigualdades entre homens e mulheres. Podemos comemorar o aumento da escolaridade, empregabilidade e renda; a ampliação do número de creches; a Lei Maria da Penha, que veio contribuir para o enfrentamento da violência contra as mulheres de todas as idades, entre outras importantes conquistas. Mas é preciso avançar muito mais, inclusive com a aprovação de uma reforma política que garanta a participação das mulheres em condições reais de disputa nos espaços de poder, considerando que essa participação no país é muito pequena.

Aproveitando a nossa conversa, gostaria de lembrar que as mulheres negras possuem um dia específico

para suas reivindicações, que é o dia 25 de julho, instituído em 1992 durante o I Encontro de Mulheres Afro-Latino-Americanas e Afro-Caribenhais, data em que se celebra, no Brasil, o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, instituído pela Lei nº 12.987/2014. O dia 25 de Julho é, portanto, o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha. ■

Um pouco mais sobre a Ministra:
Foi Coordenadora Geral do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão Ações Afimativas na UFMG (2002 a 2013). É membro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), da qual foi presidente entre os anos 2004 e 2006. A ministra da SEPPIR também integrou a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (gestão 2010 - 2014), onde participou da Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-Brasileiros.

comissão nacional da verdade sobre a escravidão



negra

*Por Humberto Adami



no
Brasil

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados deu posse na data de 06.02.2015 à Comissão Permanente da Verdade sobre a Escravidão Negra no Brasil, composta de 12 membros

efetivos, 35 membros consultores, 15 membros convidados. A comissão que se dedicará à investigação e resgate dos fatos e episódios que registraram os horrores sobre o período da

escravidão negra no Brasil, tende a dar suporte à compreensão por parte da população de porque são necessárias políticas de ação afirmativa à população afrodescendente, como

“ A escravidão negra constitui um episódio ainda não resolvido na História do Brasil, que deixa marcas profundas, ocultas e aparentes, no cotidiano da vida do brasileiro preto ou pardo, conforme classificação do IBGE. ”

cotas na universidade e no emprego público, dentre outras. Discutirá, também, possibilidades de resgate histórico que concretize medidas reparatórias do estado brasileiro, como já iniciado pela ação afirmativa no Brasil. A escravidão negra constitui um episódio ainda não resolvido na História do Brasil, que deixa marcas profundas, ocultas e aparentes, no cotidiano da vida do brasileiro preto ou pardo, conforme classificação do IBGE. A comissão está discutindo sua metodologia, acertando acordos de cooperação técnica com diversas entidades, como por exemplo, com a Universidade Zumbi dos Palmares, em São Paulo, e outros. Um deles, o Laboi - Laboratório de História Oral e Imagem, da Universidade Federal Fluminense, dirigido pela professora Hebe Matos, membro consultora da comissão, é um dos que dispõe de farto material sobre período da História.

O presidente do Conselho Federal da OAB, expediu ofício à Pre-

sidência da República conclamando que a presidente Dilma Rousseff, constitua também, uma Comissão Nacional da Verdade sobre a Escravidão Negra no Brasil, no âmbito do Poder Executivo, nos mesmos moldes da Comissão Nacional da Verdade na Ditadura. A orientação do Presidente do Conselho Federal da OAB, advogado Marcus Vinicius Furtado, tem sido o de aglutinação, de somar esforços nessa grande tarefa que é reescrever a História da República, a História do Brasil. A metodologia proposta prevê um relatório parcial em um ano e um relatório final em dois anos. A comissão é permanente, de forma que o trabalho prosseguirá, sem se eternizar sem resultado. Já em março de 2015, a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, em atendimento ao chamado da OAB, realiza audiência pública com o título “Comissão Nacional da Verdade sobre a Escravidão Negra no Brasil”, onde pretende criar uma comissão municipal com o mesmo tema, remetendo o ato de criação para os mais de 5.400 municípios brasileiros, que poderão passar a explorar, cada um a seu tempo, e em seus limites geográficos, a verdade e a possibilidade de reparação histórica, que não necessariamente necessita ser uma proposta única que signifique reparação pecuniária, monetária. Muitas são as histórias de africanos escravizados que podem surgir de cada município, com uma proposta de memória, de resgate, em cada municipalidade. É uma história não contada, que a população não tem conhecimento. Ficamos a admirar a história de outras nações, seus heróis, seus fatos e ídolos, e esquecemos que temos aqui uma saga de afrodescendentes que ajudaram a construir o país, e que foram esquecidos e banidos da história oficial.

A proposta inicial da Comissão foi feita na Conferencia Nacional do Advogado, em outubro de 2014, onde a Comissão Nacional da Igualdade do Conselho Federal da OAB, sob a presidência do advogado Cícero Bordalo Jr., propôs a realização deste trabalho, e que foi imediatamente acatada pelo presidente do Conselho Federal, levando ao Plenário do CFOAB, que em 03.11.2014, por unanimidade votou a concretização da proposta. Os desafios são imensos, mas a animação tem sido uma constante.

Já em fevereiro de 2015, fomos chamados pelo Presidente do CFOAB, para, representando-o, participar da audiência pública da chamada “Chacina da Cabula”, em Salvador, o que fizemos com a liderança do presidente da OAB-BA, advogado Luiz Viana, em 24.02.2015. Foi no bairro do Cabula, que 13 jovens negros foram mortos em confronto com a polícia, embora a população

“ Ficamos a admirar a história de outras nações, seus heróis, seus fatos e ídolos, e esquecemos que temos aqui uma saga de afrodescendentes que ajudaram a construir o país, e que foram esquecidos e banidos da história oficial. ”

local e a Anistia Internacional venham inconsistentemente denunciando sinais inequívocos de execução sumária. No auditório, 150 pessoas se aglomeravam, enquanto 2.000 aguardavam para ingressar, o que motivou a promessa de nova audiência. A morte violenta de jovens negros, de 16 a 24 anos, tem crescido em mais de 32%, segundo números do IBGE, enquanto, no mesmo período, a morte de jovens brancos diminuiu em proporção equivalente. São números que mostram que mais de 715 jovens negros são mortos por mês no Brasil, o que fez o desembargador Paulo Rangel, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, em entrevista na Globo News, comparar a “dois boeings caindo por mês, cheios de negros. Mortos”. Da mesma forma, o julgamento leis de cotas para negros nos empregos públicos, em vários estados ou municípios, tem sido de inquinados de inconstitucionais, em vários tribunais estaduais, por vício de origem, o que quer dizer que deveriam ter se iniciado nos gabinetes dos governadores ou prefeitos. Não tem faltado críticas, no meio jurídico, de que tais julgamentos estariam motivados, na verdade, na contrariedade com as cotas, com a ação afirmativa para negros. Num dos julgamentos que participei como advogado de cotistas, no tribunal do Rio de Janeiro, uma desembargadora citava abertamente, que sua empregada, branca, e que pagava seus estudos, não entendia “porque os negros não queriam pagar os estudos”. Fica claro que a população brasileira embora concorde que há racismo no Brasil, não tenha conseguido entender, pelo menos em parte dela, porque se fazem necessários instrumentos de Estado

como políticas de reparação, como ação afirmativa, perpetradas pelo Estado brasileiro.

A situação das comunidades quilombolas também tem sido lembrada inconsistentemente, sempre se alertando, como faz o líder quilombola Jose Ventura, sobre a ineficiência do sistema do decreto 4.887, de reconhecimento e titulação das

“Fica claro que a população brasileira embora concorde que há racismo no Brasil, não tenha conseguido entender, pelo menos em parte dela, porque se fazem necessários instrumentos de Estado como políticas de reparação, como ação afirmativa, perpetradas pelo Estado brasileiro.**”**

terras quilombolas, que em 12 anos, somente titulou 50 comunidades, enquanto existem mais de 5.000, conforme estudos apresentados pelo professor Rafael Sanzio, da Universidade de Brasília, que fez doação para a Comissão Nacional da Verdade de sua obra “Quilombos – Geografia Africana – Cartografia Étnica Territórios Tradicionais”. O tema também foi objeto de debate na OAB-RJ, em

janeiro de 2015, com o tema “Desafios Quilombolas 2015: a ADI 3239 e a republicação do Decreto 4.887”, que causou intensa polêmica logo no início do ano, e mesmo antes da posse da Comissão Nacional da Verdade sobre a Escravidão Negra, pois retirou da inércia um setor que a cada dia vê a possibilidade de julgamento da constitucionalidade do Decreto 4887, com assombro e preocupação, temeroso de uma verdadeira avalanche de ações de integração de posse em todo território nacional, como já alertado pelo voto do Ministro Cezar Peluso, do STF, no julgamento da ADI 3239. A iniciativa da OAB ingressar em tais temas tem provocado intenso aplauso, pois a solução de tais problemas passa pelo diálogo. Nesse sentido, uma palavra final sobre as religiões de matriz africana e a implementação da chamada lei 10.639, também 11.648, que prevê estudos obrigatórios de História da África e cultura afro-brasileira e indígena, que pena desde 2003, cada vez mais com dificuldades. A agenda de integração dos brasileiros afrodescendentes ao estágio de cidadãos de primeira classe passa por todos esses temas, e tais dificuldades têm uma única origem: os resquícios da Escravidão Negra no Brasil. É por isso que está de parabéns o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, de chamar para si esta tarefa de convocar a sociedade brasileira para discutir tais temas, identificá-los e propor soluções e debates, reescrevendo a História do Brasil, tornando este um país verdadeiramente de iguais. ■

*Humberto Adami, Presidente da Comissão Nacional da Verdade sobre a Escravidão Negra no Brasil, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados. E-mail: humbertoadami@gmail.com



Humberto Adami.

mulher negra

não é

Por Djamila Ribeiro

fantasia de Carnaval

“Black face” é ferramenta de opressão e não desculpa pra folia. Respeitem nossa humanidade.

Em épocas de carnaval é muito comum ver pessoas se “fantasiando” de negra, pintando o rosto de preto, colocando peruca afro, passando batom vermelho de forma esdrúxula com a intenção de aumentar os lábios.

Para entender o quanto ofensivo isso é, se faz necessário entender o contexto e a história do black face. De acordo com o site “History of Black face”, o black face começou quando homens brancos se caracterizavam de homens negros escravos ou livres durante a era dos shows dos menestréis (1830-1890) e essas caricaturas tornaram-se fixas no imaginário americano reforçando estereótipos. Comedian-

tes faziam sucesso apresentando, para um público formado por aristocratas brancos, personagens estereotipados de pessoas negras com o intuito de ridicularizá-las. Além de pintar o rosto de preto, esses comediantes pintavam exageradamente a boca de vermelho para chegarem numa “representação ideal” do que eles julgavam ser o negro. Depois, essa prática ganhou espaço no cinema no início do século XX. Como exemplo, temos o filme, “O nascimento de uma nação de Griffith”. O primeiro filme falado da história, O cantor de jazz, de 1927, também se utilizou dessa “técnica”, o ator Al Johnson para interpretar um

jovem cantor negro de jazz pintou seu rosto de preto.

Como nos ensina Charô Nunes no texto Black face, Yes we can, o black face serve tanto como estereótipo racista e como forma de exclusão. Se no primeiro caso, ridiculariza, no segundo, não dá oportunidades para atores, atrizes, modelos negros e negras, por que se há artistas negros, por que raios uma pessoa precisaria se pintar de negro para isso? E eu acrescentaria: o que a mídia brasileira faz, de modo geral, é um “avanço” disso. Para papéis bem específicos, até se contratam atores negros, mas para reforçar estereótipos e estigmas. A

mulher negra ainda é a gostosa do samba ou a empregada e o homem negro o malandro e ladrão.

Logo, se pintar de negro não tem graça alguma, é ofensivo. Essas pessoas esquecem também que assim como pessoas de outras etnias, somos altas, baixas, gordas, magras, umas com lábios grossos, outras com finos, somos diversas assim como qualquer ser humano. Há algum tempo, a comediante Kefera Buchman gravou um vídeo chamado “Tá liberado, é carnaval” onde aparece pintada de preto, com uma peruca black power dançando de forma ridícula e caricata. Ou seja, se utilizando da versão brasileira do black face, “a nega maluca”. Nesse vídeo, a humorista ultrapassa todos os limites do bom senso e do respeito ao retratar mulheres negras de forma tão ultrajante. Nunca vi uma mulher negra se comportar do modo como ela fez.

O humor não está isento, carrega também a ideologia racista. Isso é

artigo



Foto: Reprodução Facebook Oficial Djamila Ribeiro.

engraçado para quem, Kefera? Está faltando criatividade para ser engraçada, então você precisa rechaçar mulheres negras? Não precisamos e não queremos este tipo de “homenagem”. Quer nos homenagear? Tenha consciência do racismo do país em que vive e lute para combatê-lo. Al-

guém faria piada sobre os horrores de Auschwitz? Não, isso seria um completo absurdo e desrespeito. Mas acham graça de fazer piada sobre escravidão, com mecanismos racistas criados para nos oprimir.

Uma mulher negra com cabelo crespo comumente ouve piadas e é discriminada e, no carnaval, a mesma pessoa que ridiculariza nossos cabelos quer se vestir de “nós” para seguir ridicularizando. Recentemente participei de um programa da Al-Jazeera English sobre racismo no Brasil juntamente com Nênis Vieira, do Blogueiras Negras e Daniela Gomes, do Afroatitude. Fiquei muito feliz por poder falar de forma aberta e franca sobre essa chaga que nos aflige. Sonhando com o dia em que a mídia brasileira pare de tratar o assunto com descaso e julgando que vale tudo para o riso. Não somos fantasias de carnaval em nenhum sentido: para sermos ridicularizadas ou sermos tratadas como meros corpos que sambam e rebolam. Respeitem nossa humanidade. ■

Fonte: Carta Capital

Foto: Domínio público dos Estados Unidos.



Black face, reprodução de 1900, William H. Oeste menestrel, cartaz publicado originalmente pela Strobridge Litho Co., mostra a transformação de “branco” e “negro”.

desigualdades sociais.

*Por Eliane Barbosa

o que as empresas podem fazer para superá-las?

As empresas precisam adotar medidas direcionadas para a superação das desigualdades sociais.

Nos últimos anos, o Brasil viu ser reduzido o número de pessoas que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza. Um conjunto de fatores contribuiu para esse cenário, dentre os quais se destacam o crescimento econômico experimentado pelo país na primeira década do novo milênio e a implementação de um conjunto de políticas governamentais

de valorização real do salário mínimo e de transferência de renda.

Infelizmente, a redução da pobreza não se refletiu de modo equivalente na redução das desigualdades. É fato que também houve uma queda desses indicadores, mas os resultados não são tão satisfatórios, uma vez que as distâncias que separam os mais ricos dos mais pobres vêm sendo superadas

em ritmo ainda muito lento ante a necessidade de maior justiça social. Isso significa que a sociedade brasileira continua convivendo cotidianamente com um abismo social entre os mais ricos e os mais pobres, ou seja, entre aqueles que têm garantido acesso a bens sociais fundamentais – como educação de qualidade, saúde, habitação digna, trabalho decente, lazer

e cultura, entre outros – e gozam, assim, das oportunidades para o desenvolvimento de seu pleno potencial e os que vivem à margem dessa possibilidade.

Pesquisas nacionais e internacionais evidenciam a gravidade das disparidades socioeconômicas no Brasil. O World Income Inequality Database, produzido pelo Instituto Mundial de Pesquisas de Economia do Desenvolvimento da Universidade das Nações Unidas (UNU-Wider), revela que, no ano de 2008 – período em que o país via despencar os indicadores de pobreza e extrema pobreza –, numa lista de 151 países, o Brasil figurava como o sétimo com o pior índice de Gini, que é um importante indicador de desigualdade. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad-IBGE, 2012) revelam que esse mesmo índice tem caído em ritmo muito lento no que diz respeito ao mundo do trabalho e que, além disso, o grupo que apresentou maior aumento de rendimento entre os anos de 2011 e 2012 foi o de 1% dos mais ricos do país, cuja participação no total de salários pagos subiu de 12% para 12,5% naquele período.

Dante desses dados, é forçoso reconhecer que o fim da miséria é apenas o início de um processo e que a próxima agenda a ser enfrentada é a do desenvolvimento com enfrentamento da desigualdade.

Uma análise das estatísticas e indicadores sociais permite afirmar que, no Brasil, a desigualdade se estrutura especialmente diante da fronteira racial. Fronteira que, ao separá-la em dois grupos majoritários (negros e brancos), também a divide em dois segmentos distintos quanto ao nível de desenvolvimento humano:

o grupo dos brancos, que, em 2013, apresentou um alto nível de desenvolvimento, com um IDH de 0,735, e o dos negros, para os quais, naquele mesmo período, foi computado um IDH de 0,645, que representa um nível médio de desenvolvimento.

A diferença de acesso dos dois grupos à renda e direitos sociais básicos é também revelada quando analisamos que a população negra permanece sub-representada entre os brasileiros mais ricos e sobre-representada entre os mais pobres.

“Uma análise das estatísticas e indicadores sociais permite afirmar que, no Brasil, a desigualdade se estrutura especialmente diante da fronteira racial.”

Segundo cálculos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) para o ano de 2009, entre os 10% mais ricos da população, apenas 24% eram negros, enquanto, entre os 10% mais pobres, estes correspondiam a 72%. No entanto, a raça, que é de fato o principal limite na demarcação da desigualdade entre os grupos sociais no país, não atua sozinha. O sexo também determina as trajetórias dos indivíduos. Logo, na avaliação das desigualdades entre os grupos sociais se faz também necessário observar essa variável. Segundo dados das últimas Pnad, quando consideramos esses

dois limites (raça e sexo), mais de 99% dos brasileiros podem ser classificados em um dos quatro grupos sociais majoritários: mulheres negras, homens negros, mulheres brancas e homens brancos, sendo que tais grupos se subdividem diante de outros limites classificatórios.

Uma análise dos indicadores sociais de rendimento do trabalho e educação revela que a classificação de um indivíduo em cada um desses grupos explica, pelo menos em parte, a sua trajetória no mundo do trabalho. Mostra, por exemplo, que as mulheres brancas estão sub-representadas nos escalões mais altos das organizações, em que pese o fato de pertencerem ao grupo mais bem formado do país. Também demonstra que as mulheres negras constituem o grupo que goza de menos oportunidades de trabalho e fica com o menor retorno esperado pelo investimento em educação, encontrando-se sobremodo sub-representadas nas grandes corporações.

Mas o que as empresas têm a ver com essas questões, que a princípio podem parecer de natureza mais sociológica que organizacional? Como já foi sugerido em outros estudos, podemos considerar que as desigualdades sociais tenham como uma de suas causas certos “mecanismos sócio-organizacionais típicos do funcionamento do mercado de trabalho”. O que implica dizer que o modo como as empresas e demais organizações se relacionam com cada um daqueles quatro principais segmentos em muito explica o nível de desigualdade da sociedade brasileira.

As estatísticas apontam, por exemplo, que as desigualdades raciais e de gênero são reproduzidas no mundo do trabalho e, diante disso,



que empresas e demais organizações empregadoras são, junto com o governo, responsáveis pela instalação e perpetuação de um sistema socialmente injusto, uma vez que deixam de adotar medidas necessárias para a superação desse quadro, com especial atenção ao setor empresarial, uma vez que se constitui no núcleo por excelência da distribuição de renda e oportunidades.

O que, então, as organizações podem fazer para contribuir para a superação das desigualdades sociais no Brasil? Em primeiro lugar, existe a necessidade de um redimensionamento do problema. Algumas iniciativas empresariais – como, por exemplo, aquelas voltadas para a valorização da diversidade, responsabilidade social e ação social – devem

ser reavaliadas e certamente reclassificadas, de modo que sejam incluídas na esfera da sustentabilidade, que, na maioria das vezes, ainda caminha manca, considerando apenas a dimensão ambiental e a econômica e negligenciando quase que totalmente a dimensão social do conceito.

O conceito de desenvolvimento sustentável, que, num primeiro momento, supervalorizou os aspectos ambientais, tem sido renegociado para incluir de modo mais efetivo as questões relativas à sua dimensão social. Com isso, enfatiza a promoção da igualdade, a inclusão social e a igualdade de raça e gênero, entre outros fatores, como metas importantes a serem perseguidas na busca do que verdadeiramente poderemos chamar de desenvolvimento.

Diante disso, argumentamos que as empresas precisam adotar medidas especialmente direcionadas para a superação das desigualdades sociais e sugerimos alguns caminhos.

Primeiro, faz-se necessária uma revisão de seus processos internos de contratação, promoção e remuneração, além da diversificação das fontes para recrutamento de trabalhadores para as posições de níveis hierárquicos mais elevados. O fato de existirem poucos trabalhadores negros em posições de médio a alto escalão não é explicado apenas pela suposta baixa capacidade técnica desses profissionais. É verdade que, historicamente, mulheres e homens negros sempre tiveram menos oportunidade de acesso à educação formal (e, especialmente, à educação formal

dita de qualidade), que é privilegiada no mundo corporativo. Mas alguns estudos já demonstram que esse elemento isoladamente não justifica a quase completa ausência deles nas posições de gestão das organizações. As empresas precisam assumir que há vícios em suas práticas internas e que a revisão dos processos implica não apenas a reformulação dos fluxos, mas também a formação dos gestores no tema promoção da igualdade, de um modo geral, e promoção da igualdade racial, muito especificamente, dada a importância desse componente na explicação das desigualdades sociais no país.

A área de gestão da diversidade das empresas também precisa aliar suas ações a partir de dois valores principais: a valorização da diversidade e a equidade. Num país como o Brasil, há de se questionar, inclusive, o que temos chamado de mérito e como e para que finalidades esse princípio tem sido utilizado.

De fato, diversos setores das organizações devem ser envolvidos nesse processo, e não apenas aqueles vinculados à área de gestão de pessoas. O setor de marketing e comunicação,

“ A área de gestão da diversidade das empresas também precisa aliar suas ações a partir de dois valores principais: a valorização da diversidade e a equidade. ”

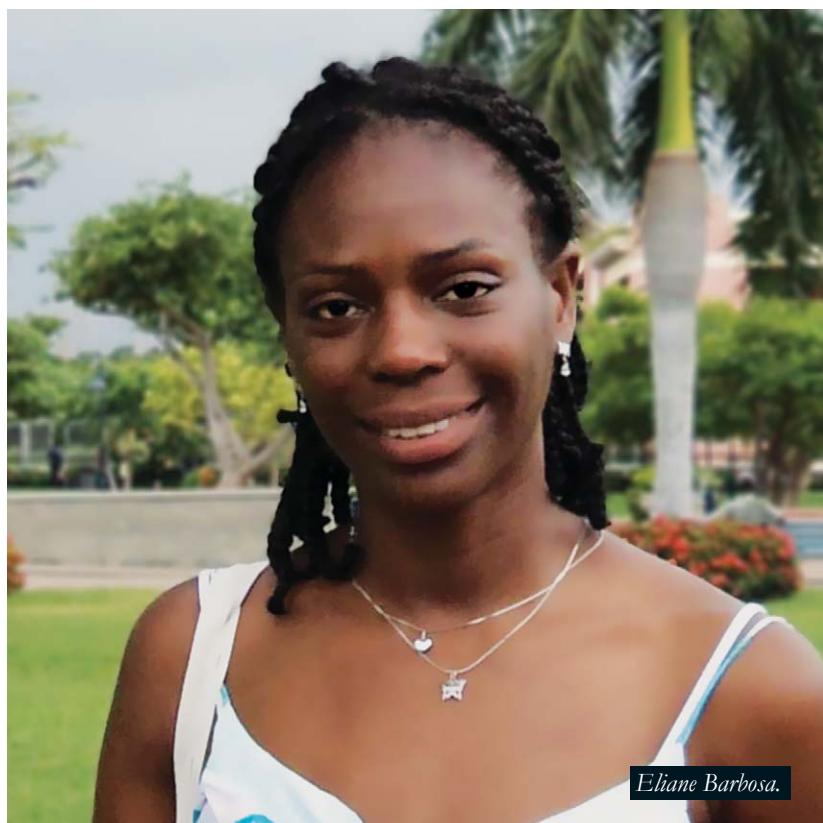
que, por meio de peças publicitárias, apresenta a cara da empresa para o público interno e externo, precisa participar desse diálogo e identificar como, por meio de seu trabalho, as organizações discriminam e reproduzem desigualdades sociais e, a partir daí, rever suas práticas, especialmente aquelas relacionadas às imagens com que fazem representar as empresas. Como conceber, num país de maioria negra, peças publicitárias e desfiles de moda, por exemplo, com baixa ou nenhuma representatividade de modelos e manequins negras e negros?

Finalmente, devemos destacar aqui que os setores de responsabilidade social e investimento social privado também lucrarão enormemente ao ingressarem nesse diálogo. A ampliação da visão acerca dos problemas sociais do país possibili-

tará uma aplicação mais heterogênea dos recursos destinados à ação social. Como sugere a “Visão ISP 2020”, do Grupo de Institutos Fundações e Empresas (Gife), o setor de investimento social privado precisa ser mais abrangente e distribuir de forma mais equitativa e equilibrada seus recursos, para que estes possam alcançar todas as áreas relevantes para o desenvolvimento social brasileiro. O que implica diversificar os investimentos sociais – que hoje estão muito concentrados nos temas educação, cultura e juventude – para outras áreas, tendo como referência também a dimensão geográfica e populacional.

Fonte: Instituto Ethos.

* Eliane Barbosa da Conceição, doutora em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, professora da Universidade Zumbi dos Palmares.



Eliane Barbosa.



ORGULHO DE SER ZUMBI



Inscrições Abertas



VOCÊ PODE SER A MUDANÇA
BASTA TOMAR A
DECISÃO **CERTA!**



Vestibular 2015

Aqui tem
FIES

Cursos nas áreas de:

Administração

Direito

Pedagogia

Publicidade e Propaganda

Recursos Humanos

Transporte Terrestre

acesse:

www.vestibularzumbi.com.br

Central de Atendimento: 11 3325-1000 (ramais: 123/124)

Só esta instituição tem a capacidade
de fazer tudo isso:

- Programa de estágios com 90% de efetivação
- Parcerias com universidades americanas
- Núcleo de atendimento ao racismo
- Apoio de institutos de pesquisas renomados
- Curso de Direito recomendado pela OAB
- Coral Zumbi dos Palmares
- Atlética
- Troféu Raça Negra
- Festa Literária Flink Sampa

Vem para a Zumbi!



**UNIVERSIDADE
ZUMBI DOS PALMARES**

SÃO PAULO - BRASIL





*Por Janete Pietá

mulher negra pela igualdade política

Nossa história sempre foi contada e escrita sobre o viés do olhar masculino e branco.

A história da participação política da mulher no Brasil é uma colcha de retalhos.

Representação política no Brasil é falar da luta das mulheres pelo direito do voto. A professora Celina Guimarães Viana em 1928 conseguiu se alistar para votar no Rio Grande do Norte. A primeira prefeita eleita foi Alzira Soriano em 1929, cassada pelo Senado, que lhe retirou todos os votos das mulheres.

Mesmo sendo fazendeira, numa sociedade conservadora e patriarcal,

como uma mulher poderia governar?
Era inadmissível.

Enquanto isso, no mundo, as lutas por emancipação feminina tinham espaço, as sufragistas enfrentavam até com morte a busca de direitos iguais e participação política. A luta feminina na Europa influenciou o pensamento das brasileiras.

Apesar de termos uma mulher regente, a princesa Isabel, apesar de termos o Primeiro Partido Republicano Feminino em 1910, fundado pela Leolinda de Figueiredo Daltro, com passeatas para a extensão do voto às mulheres, a distância de direitos iguais era enorme.

Se assim era para as mulheres brancas, imagine-se o que era a realidade para a mulher negra numa sociedade racista e escravocrata.

O direito ao voto conseguido no Código Eleitoral de 1932 de Getúlio Vargas tinha condicionantes: ser alfabetizada e ter dote familiar e ou pessoal, tanto que estabeleceu que só podiam votar mulheres alfabetizadas, servidoras públicas e bem casadas com a permissão do marido. Ainda bem que o voto era secreto, um avanço naquele período em que o marido podia abrir correspondência da esposa.

O movimento negro depois da

abolição, buscou se organizar e ter seus jornais e posteriormente seu partido, mas a maioria das mulheres era analfabetas e sem dote. As mulheres negras, em sua maior parte trabalhadoras domésticas, estavam fora dos critérios do direito ao voto. O governo de Getúlio colocou na clandestinidade não só o Partido Comunista, mas também o partido da Frente Negra.

A primeira deputada federal brasileira era médica e branca – Carlota Pereira de Queiroz - eleita por São Paulo e tomou posse em 1934. Outra a assumir a representação parlamentar foi outra mulher, também branca, Bertha Lutz, feminista importante, era bióloga e servidora pública concursada, que assumiu a suplência pelo Rio, então Distrito Federal.

Na verdade somente na Constituição de 1946 o voto se tornou obrigatório para ambos os sexos, ampliou para todas as mulheres, mas ainda excluindo as analfabetas e os analfabetos.

Somente, 18 anos depois, em 1951 foi eleita para a Câmara Federal outra mulher, da família Vargas: Cândida Ivete Vargas Martins. Sucederam-se períodos com uma ou duas parlamentares.

Em 1986 foram eleitas as primeiras duas negras, Benedita da Silva, do PT, carioca, e uma baiana, Lídice da Mata, do PC do B, que foram constituintes.

A luta das mulheres sempre foi invisível, clandestina e não registrada. Isso não significa que não estavam na luta por direitos no campo e na cidade.

Se considerarmos que democracia é a participação efetiva do povo e que na sociedade brasileira as mulheres são 52%, percebemos a distorção. É



Janete Pietá.

em face disso que, neste ano em que temos somente três mulheres negras na Câmara Federal, o tema está colocado em pauta na Marcha das Mulheres Negras em Brasília. Momento importante de recolocar bandeiras feministas negras. As mulheres negras são 25% da população no Brasil, mais de 49 milhões de brasileiras. É urgente democratizar a política, com a presença de mulheres negras em todas as esferas de representação social e polí-

tica. Daí a importância da paridade de mulheres nos parlamentos. A Marcha será contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver e acontecerá em 18 de novembro.

Já temos nosso manifesto, vamos nos organizar e levar nossas bandeiras para a rua, rumo ao Congresso, que continua predominantemente conservador, patriarcal e elitista. ■

**Janete Pietá, foi Deputada Federal pelo PT (de 2007 a 2014).*

histórias e lutas

*Por Benedita da Silva

Quando falamos em mulher negra no Brasil é importante traçarmos seu perfil para que possamos demarcar diferenças com as visões estereotipadas.

Nós mulheres negras brasileiras somos 25% da população. A maioria de nós é analfabeta ou semi-analfabeta. Nossa remuneração está no patamar de um salário mínimo. Muitas de nós chefiam a família em maior número que as mulheres brancas. Tal perfil demonstra que a maioria das mulheres negras vive em condição de extrema pobreza.

O Brasil é o país de maior população negra fora da África, histori-

camente um país escravocrata onde ainda perduram idéias racistas na sociedade em geral. Mesmo quando a pessoa negra ainda não adquiriu a consciência do racismo, ser negra em nosso país significa ainda viver em condição de extrema desigualdade social e racial.

Considerando que a mulher no Brasil, até a Constituição de 1988, era legalmente considerada cidadã de segunda categoria, ser mulher negra e pobre significava não ter direitos mínimos de cidadania assegurados juridicamente.

É no contexto descrito que preci-

samos situar a denominada “questão da mulher negra”.

Nós mulheres se queremos uma sociedade de fato democrática, igualitária, unindo gêneros, etnias e religiões num projeto de nação que contemple a diversidade engendrada no processo histórico brasileiro - mas, que foi negada ao longo da história - temos que lutar para que essa realidade seja confirmada.

As mulheres são como o anjo da história que caminha para frente, mas têm o olhar voltado para traz, para resgatar a força que emana de suas lutas e, que estão vinculadas às reivindicações



Benedita da Silva.



Benedita da Silva.

femininas por melhores condições de trabalho, por uma vida digna e sociedade mais justa e igualitária.

Essa luta das mulheres é antiga e contou com a força de inúmeras que nos vários momentos da história da humanidade resistiram ao machismo, à discriminação e a injustiça social.

É importante situar que a gênese do que se convencionou chamar de incorporação da perspectiva de gênero, ainda está sendo elaborada. Sob essa noção podemos compreender algo que corresponde aproximadamente a adoção de uma categoria, a de gênero, cujo uso deve estar orientado para reexame da realidade social brasileira. Em geral nas práticas atuais ao tratar da perspectiva de gênero, alude-se a

uma análise na qual estão em foco as condições de vida das mulheres e sua posição nas relações sociais e nos espaços de poder em contextos específicos.

Nesse texto repasso minha percepção de alguns processos relativos à constituição do problema de gênero e étnico-racial e sua estreita relação com democracia e o tema do desenvolvimento no Brasil.

A questão das desigualdades entre homens e mulheres veio ao cenário público há cerca de 200 anos, em meio às revoluções burguesas do século XVIII, entre elas a Revolução Francesa (1789). Nasce, portanto, no campo da luta social pela igualdade, num contexto histórico-cultural muito significativo para o projeto

democrático burguês ocidental, que ali se iniciava. O que destoava do conjunto é que o tema foi trazido à arena política pela ação das mulheres, Desenvolvimento e Democracia, sujeito coletivo até então ausente e que ali se tornara institucional pelo feminismo e por uma nova agenda de combate às desigualdades.

Temos que considerar as diferenças entre mulheres é verdade, mas é preciso fundamentalmente considerar as enormes desigualdades de renda entre mulheres e as divisões sociais produzidas pelo racismo que impregnam as práticas cotidianas na nossa cultura. A cultura e a economia podem atuar articuladamente na produção de injustiças; mas, também podem ser a saída para uma verdadeira democracia, se estiver atentas para as diferenças de realidades.

E por fim considero que o campo da luta democrática, na esfera pública, a questão da participação não pode estar ausente de uma perspectiva de igualdade de gênero. Temos um sistema onde a maioria das posições é ocupada por homens: isso não é nada menos do que patriarcado ainda em voga no Brasil.

Concluo exortando a luta e a vida das mulheres negras do Brasil... ■

"Minha luta começou como a de outras meninas negras;

Faceiras, ditosas, criativas, construtoras amorosas.

Pele linda de menina machucando corações;

Bem amada não duride;

Foi sempre assim.

A prova dessa verdade,

É que estou aqui como outras mulheres na luta"...

* Benedita da Silva, Deputada Federal (PT/RJ).



VOCÊ ESTÁ PREPARADO?

Diversidade de opiniões e muita polêmica. Debate quente sobre o mundo político, o meio ambiente e a mobilidade urbana.

As notícias mais complexas de um jeito descomplicado.

1 Papo Reto está na área.

1PAPORETO

► Venha! Prepare-se para o futuro.

site: www.paporeto.net.br



www.facebook.com/paporeto.net.br



@paporetonet



www.linkedin.com/company/1-papo_reto

as mulheres de nossas Vidas

*Por Rosenildo Gomes Ferreira

As mulheres, e isso é muito bom, ocupam uma parte grande do cotidiano dos homens. Quer seja a mulher amada, a companheira, a da capa de revista, com a qual muitos sonham trocar carícias, e também a mãe, que prepara nossa refeição de um jeito único que nossas esposas jamais conseguirão repetir. Mas existem algumas que, além de terem desempenhado todas as tarefas cotidianas

que se espera delas, ainda encontram tempo para tentar mudar o mundo e fazer história.

Isso vale para as Mães da Plaza de Mayo, em Buenos Aires, que com sua vigília diária e incessante conseguiram mudar a lei do país para que os assassinos de seus filhos fossem julgados. Mas também para aquelas mulheres que, em atitudes do dia a dia como o ato de ocupar um lugar em um banco

de ônibus, ajudam a mudar o curso da história. Falo aqui de Rosa Parks, a costureira que fez história ao fornecer o combustível vital para “incendiar” o movimento pelos direitos civis na década de 1960, nos Estados Unidos.

No Brasil, também temos inúmeras MÃes de Maio e também Rosa Parks.

São mulheres que comandam revoluções silenciosas e que passam



Rosenildo Gomes Ferreira.

longe das páginas dos jornais ou da telinha das tevês. Falo das mulheres que têm de se desdobrar no papel de mãe, pai e provedora do lar e que seguram a barra para criar seus filhos com dignidade. Pesquisa recente do Data Favela, instituto de pesquisas comandado pela dupla Celso Athayde e Renato Meirelles, mostra que nas favelas pelo Brasil o sexo feminino responde pela chefia de 44% dos lares. Enquanto que no País o índice é de 38%.

É bom que fique claro que não pretendo hierarquizar a qualidade da luta da mulher branca com a da mulher negra ou das americanas com as brasileiras. Nossa objetivo neste prestigioso espaço é celebrar

todas e todos que se dedicam ao bom combate.

Por conta disso, gostaria de homenagear as guerreiras, ricas ou pobres, brancas ou afro-brasileiras na figura da carioca Marli Pereira Soares, que trabalhava como empregada doméstica. Moradora da Baixada Fluminense ela teve a casa invadida por policiais, na madrugada de 13 de outubro de 1979. O saldo da noite de horror, e de torturas psicológicas e físicas, contra ela e sua família foi a morte, com 13 tiros, de seu irmão Paulo. Quase todos os tiros atingiram a região da cabeça!

Mesmo tendo a casa incendiada e outros parentes mortos, Marli resolveu romper o ciclo de silêncio

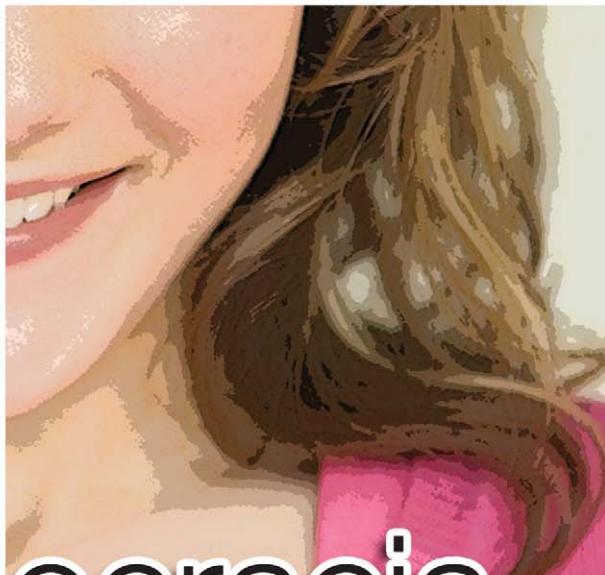
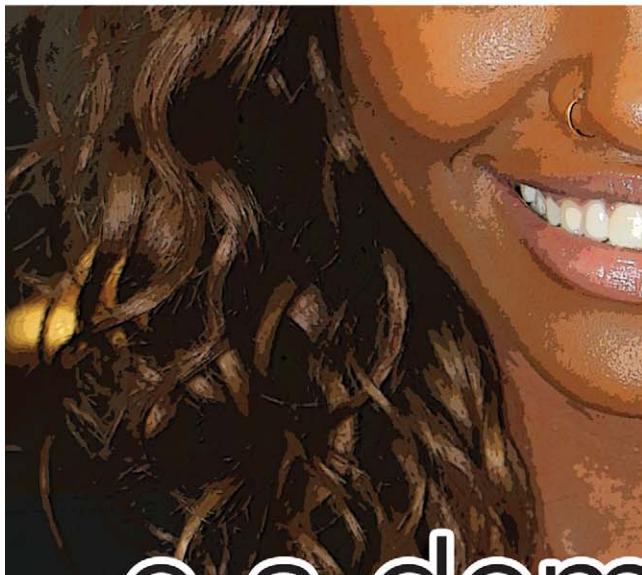
comum e compreensível nestes casos, e denunciou ou assassinou. Graças a ações judiciais, conseguiu fazer com que a PM colocasse em forma todo um batalhão e ela, mirando a face de um por um, reconheceu alguns dos assassinos de seu irmão.

O caso Marli praticamente parou o Rio de Janeiro. E até hoje me deixa perplexo pela força, ousadia e coragem de uma mulher que, na ânsia de Justiça, passou por cima do medo e do conformismo e conseguiu o que desejava: a condenação dos assassinos.

Tinha de ser mulher, mesmo! ■

*Jornalista e empreendedor social, atua como editor-assistente e colunista de sustentabilidade na revista *IstoÉ DINHEIRO*, além de ser o fundador do portal (www.1paporeto.com.br).

as mulheres



e a democracia

Desde os combates épicos travados pelas mulheres para obterem o direito de voto aos esforços concertados desenvolvidos hoje, em todo o mundo, para introduzir quotas que visam aumentar o número de

representantes eleitas, as mulheres tiveram sempre um aliado poderoso na democracia. Sabem que a participação democrática é o principal meio que permite que os interesses das mulheres estejam representados e

tenham uma legitimidade social e uma resposta política sustentável.

O número incrivelmente reduzido de mulheres que ocupam cargos públicos - atualmente, uma média mundial de 19% nas assembleias nacionais

- constitui um déficit a corrigir. A participação das mulheres em todos os níveis do governo democrático - local, nacional e regional - diversifica a natureza das assembleias democráticas e permite que o processo de tomada de decisões responda às necessidades dos cidadãos que podem ter sido descuradas no passado.

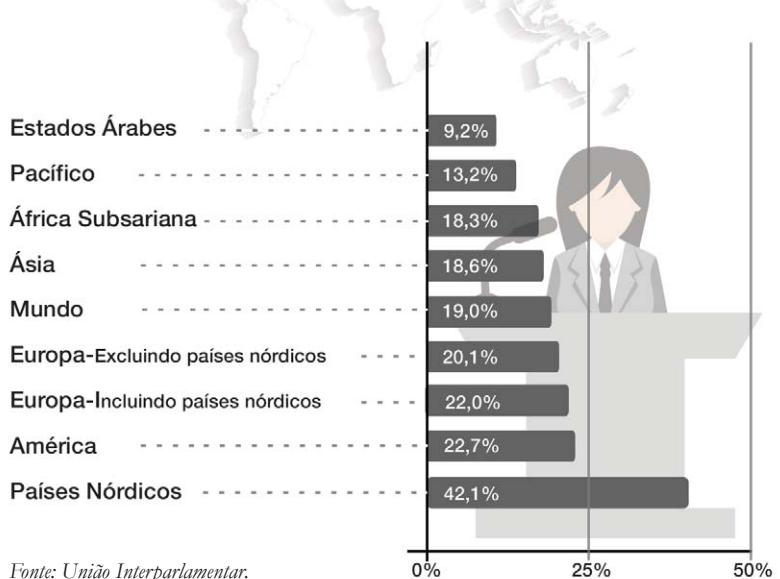
Eleições e participação significativa das mulheres na política

O Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) apoia os esforços que visam aumentar a proporção de mulheres eleitas. Procura também reforçar a capacidade das mulheres no que se refere a desempenhar um papel legislativo eficaz, quando eleitas. No entanto, o desafio de assegurar a igualdade de gênero ao nível da participação política não se limita à consecução de melhores rácios quantitativos entre homens e mulheres no decurso de um ano eleitoral. É por isso que o UNIFEM apoia igualmente as iniciativas que visam aumentar a eficácia política das mulheres antes e depois das eleições, nomeadamente adotando “medidas temporárias especiais” em conformidade com o artigo 4 da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW).

Ainda que vários países – como a Albânia, a Bolívia, o Burquina Faso, o Egito e o Senegal – tenham adotado quotas ou reservado assentos para as mulheres em 2008-2009, através de alterações à Constituição, de reformas da lei eleitoral ou da introdução de leis sobre a igualdade, o número de países onde essas

As mulheres nos parlamentos nacionais

Percentagem de mulheres em parlamentos unicamarais ou câmaras baixas, a 31 de maio de 2010



medidas foram aplicadas continua a ser muito reduzido, apesar de as quotas e reservas de assentos terem, em média, possibilitado uma maior representação das mulheres, independentemente do sistema eleitoral.

O UNIFEM apoia as campanhas levadas a cabo pelas organizações da sociedade civil para defender a adoção de medidas temporárias especiais e presta assistência técnica aos países para pôr em prática tais medidas.

Reconhecendo que o desafio de garantir a igualdade das mulheres na participação política não se limita à obtenção de melhores rácios quantitativos entre homens e mulheres durante um ano eleitoral, o UNIFEM procura também reforçar o papel legislativo das mulheres, uma vez eleitas. Estratégias como a formação de grupos multipartidários, em nível parlamentar e local, podem proporcionar o apoio dos pares, necessário

para promover a igualdade de gênero em nível da agenda legislativa e política. No Afeganistão, no Burundi, no Quenia, em Moçambique, no Uganda e no Ruanda, o UNIFEM apoiou a criação de grupos parlamentares de mulheres, de redes de pares entre as vereadoras, o reforço das capacidades dos grupos de mulheres nos domínios da análise da legislação sob uma perspectiva de gênero e da elaboração de estratégias de implementação.

Construção de uma base política de apoio e educação cívica

Um elemento crucial para assegurar uma participação efetiva e significativa das mulheres na política é a criação de uma “base política de apoio à igualdade das mulheres”. É por isso que o UNIFEM apoia iniciativas na Bolívia, nos Camarões, no

Nepal e no Sudão que visam elaborar agendas políticas, acordadas em nível nacional, a favor da igualdade de gênero. O UNIFEM continua a prestar assistência técnica aos ministérios da condição da mulher, aos observatórios e às comissões, a fim de que possam desempenhar um papel importante nos esforços dos governos para integrar as questões da igualdade de gênero. Entre estes, citemos a elaboração de planos nacionais sobre igualdade de gênero, a integração da igualdade de gênero nos processos relacionados com o planejamento e a formulação de estratégias nacionais de desenvolvimento, nos planos de segurança nacional e nas políticas ambientais.

Governança democrática e obrigação de prestar contas

O UNIFEM também se esforça

por melhorar um governo democrático sensível às questões de gênero e a obrigação de prestar contas em relação às mulheres. O UNIFEM colabora com o PNUD numa iniciativa mundial plurianual que visa melhorar a qualidade da governança do ponto de vista da capacidade de as mulheres acederem aos serviços públicos. Em Marrocos, a iniciativa trabalha com o Ministério da Justiça para facilitar o acesso das mulheres aos tribunais de família. No Ruanda, foi dado apoio ao observatório da igualdade de gênero, a fim de melhorar a sua capacidade de monitorar a prestação de serviços agrícolas às mulheres.

Em nível local, o UNIFEM trabalha com as autoridades da Colômbia, Índia, Mali, Namíbia e Tanzânia, a fim de que o planejamento e os orçamentos reduzam as disparidades de gênero que afetam as mulheres da comunidade.

Legislação e políticas sensíveis às questões de gênero

O UNIFEM procura ajudar, consultar e apoiar as democracias em fase de desenvolvimento através da promulgação de leis e de políticas que tenham em conta as questões de gênero, concentrando essencialmente a sua ação na igualdade de gênero na lei e na governança, na violência contra as mulheres, no trabalho, na saúde e na pobreza. O UNIFEM está particularmente empenhado na eliminação de disposições discriminatórias que figurem em leis ou políticas em vigor e na inclusão de disposições relativas à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres. Na Costa Rica, o UNIFEM apoiou o trabalho da Associação de Trabalhadores Domésticos (ASTRADOMES), para preconizar a



reforma do Código do Trabalho do país, que foi aprovada em 2009. No Burundi, o apoio do UNIFEM contribuiu para a adoção de alterações ao Código Penal, tendo em vista aumentar as penas aplicáveis aos autores de violência contra as mulheres e punir a violação conjugal no Burundi.

A participação das mulheres no processo de consolidação da paz

Nas sociedades que saíram de um conflito, a prioridade do UNIFEM é dar mais voz às mulheres e aumentar a sua influência nos processos de estabelecimento e consolidação da paz, nomeadamente no que se refere à formulação de políticas e à atribuição de financiamentos, para responder de uma forma adequada às necessidades de mulheres no planejamento pós-conflito. O UNIFEM desempenha, com frequência, um papel aglutinador, pondo em contato mulheres que são ativistas da paz, os representantes de alto nível da ONU e os dirigentes mundiais. No quadro dos eventos comemorativos do 10º aniversário da Resolução 1325 sobre as Mulheres, a Paz e a Segurança, o UNIFEM organizou, em Junho de 2010, “Dias Abertos”. Estes dias deram às ativistas do Afeganistão, da Guiné-Bissau, do Nepal, do Paquistão, da República do Congo e da Somália, a oportunidade de aceder aos membros que dirigem as missões da ONU e de governos.

Alargamento da democracia pelas mulheres: Transformar a política para alcançar a igualdade de gênero

O UNIFEM, em associação com o Fundo das Nações Unidas para a Democracia (FNUD) e a Divisão



Mulheres fazem caminhada na Índia para incentivar outras mulheres a irem votar sem medo. A campanha também ensinou como as mulheres podem se candidatar.

de Assistência Eleitoral do Departamento de Assuntos Políticos (DAP) reuniu num workshop, em Nova Deli, em Janeiro de 2010, vinte e um responsáveis da sociedade civil de 18 países que trabalham para reforçar a participação das mulheres na competição política democrática e na governança. O workshop sobre Gênero

e Democracia tinha como objetivo servir de plataforma para a discussão dos êxitos e dos desafios na implementação de projetos pilotos inovadores em nível das comunidades, analisar os obstáculos à participação das mulheres e dar uma contribuição para os esforços do sistema da ONU para promover a democracia. ■

perfil



am^{ae}e

dos direitos cívicos

Uma costureira negra que superou não só os próprios medos, mas deu início a luta antisegregacionista em 1955. Rosa Parks, tornou-se símbolo do Movimento dos Direitos Civis dos negros nos Estados Unidos quando em 1º de dezembro se recusou a ceder o seu lugar no ônibus a um homem branco, em Montgomery, no Alabama, Estados Unidos.

Rosa Parks, desafiando as regras que exigiam que pessoas negras se sujeitassem a abrir mão de seus lugares no transporte público para brancos, foi presa e multada em US\$ 14. Em apoio a atitude da costureira, Martin Luther King promoveu um boicote de 381 dias ao sistema de ônibus.

O protesto levou ao fim da segregação nos transportes públicos e culminou em 1964, com a Lei dos Direitos Civis, nos Estados Unidos.

“Ela era muito humilde, falava baixinho. Mas por dentro ela tinha uma determinação que era feroz”, disse o político John Conyers.

Em viagem à África do Sul, o reverendo Jesse Jackson, um dos principais defensores dos direitos civis nos Estados Unidos, enalteceu Rosa, lembrando que seu ato aparentemente simples forçou os negros americanos a “se levantarem” pelos seus direitos. *“Ela forçou o resto de nós a nos levantarmos. Foi um esforço consciente de uma lutadora pela liberdade”,* disse Jackson, durante entrevista coletiva em Johannesburgo.

Ele se referiu a Rosa como uma *“mulher de grande coragem, que conscientemente arriscou sua vida e enfrentou a prisão para romper com o sistema do apartheid”*.

Em sua autobiografia, Parks disse que *“algumas pessoas disseram que não levantei porque estava cansada. Isso não é verdade. Era uma mulher jovem e não estava mais cansada do que ao término de qualquer*

outro dia de trabalho”. *“Estava cansada era de ter que ceder sempre”,* acrescentou.

“Quando fui detida, eu não tinha idéia que isso ia dar início a todo um movimento”.

**“Estava cansada era
de ter que ceder
sempre.”**
Rosa Parks.

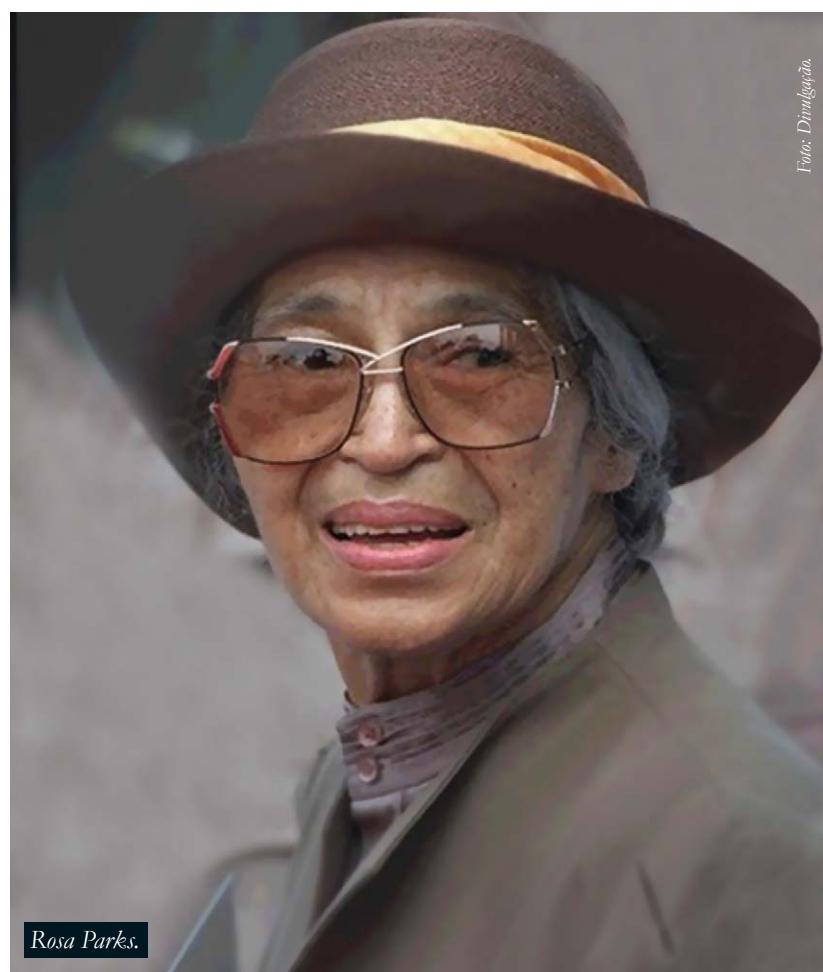
Após seu ato de desobediência pacífica, a costureira teve dificuldades para encontrar trabalho no Alabama, e em meio a ameaças e ofensas, mudou-se com seu marido Raymond para Detroit, em 1957, onde trabalhou

como assistente no escritório de um congressista democrata.

“Rosa Parks era verdadeiramente a mãe do movimento moderno pelos direitos civis”, disse Julian Bond, dirigente da maior organização de defesa dos direitos dos negros, a NAACP, da qual ela era membro desde que aquele dia em que desobedeceu a lei de apartheid americana.

Em 1996 foi premiada com a “Medalha Presidencial pela Liberdade”. Em 1999 o Congresso americano outorgou a ela a Medalha de Ouro, a mais alta honraria civil.

Morreu aos 92 anos. O advogado de Rosa afirmou que ela morreu dormindo em sua casa, na cidade de Detroit, estado do Michigan. ■





Sônia Guimarães

Superar os preconceitos. Esta foi uma das motivações que levou Sônia Guimarães a tornar-se pesquisadora e gerente do Projeto de Sensores de Radiação Infravermelha no Instituto de Aeronáutica e Espaço, além de ser avaliadora do projeto Uniespaço, da Agência Espacial Brasileira.

Este é um breve currículo desta doutora, que ainda leciona no Instituto Tecnológico da Aeronáutica, ambiente tipicamente masculino, é Conselheira da Universidade Zumbi dos Palmares e além de ter trabalhos publicados pela NASA, é membro desta instituição. Uma mulher firme em seus ideais, que não se deixa abater por nenhuma das inúmeras dificuldades enfrentadas em sua trajetória. Uma brasileira com sede de conhecimento.



Michelle Obama

Com personalidade forte, ela cuida do marido e das filhas com maestria, além de conciliar os trabalhos sociais e manter-se sempre elegante e altiva. O porte impecável no trajar lhe rendeu citações na revista Vogue e na revista Vanity Fair. Ela figura na lista internacional das mulheres mais bem vestidas do mundo.

A primeira-dama, pelo segundo mandato consecutivo, é reconhecida pelo envolvimento em ações voltadas para benfeitorias nos EUA. Lançou a campanha 'Let's move' (Vamos nos mover), em nível nacional de luta contra a obesidade infantil, considerado uma das principais ameaças à saúde e à economia norte-americana. *"Ela é a rocha da família, uma mulher firme que me mantém com os pés na terra"*, definiu o presidente em certa ocasião.

Carolina de Jesus

Carolina de Jesus, na sua condição de “mulher, negra e favelada”, e incursa socialmente como mãe solteira, desempregada e sem alfabetizada, com três filhos para sustentar, vivia de catar papel velho pelas ruas de São Paulo, cidade adotada por ela por volta de 1947. Como seus personagens, também sonhava, e dizia isso com a sua conhecida forma expressiva: “Não existe neste mundo, quem não acalenta um sonho intimamente. Quem não aspire possuir algo que lhe proporcione uma existência isenta de sacrifícios”.

Até a sua meteórica ascensão ao mundo das letras, guindada de “mendiga e suja” e catadora de papel à celebrada escritora do livro “Quarto de despejo: diário de uma favela” (1960), aclamada e festejada por nomes como Clarice Lispector e Manoel Bandeira, Carolina de Jesus teve uma vida dura, mas muito comum a toda mulher que, premida pelas suas circunstâncias, desdobrava-se na lida diária para criar e sustentar filhos e manter o lar. Seu livro foi traduzido em mais de 15 países.



NÚCLEO DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO RACIAL

Se você foi ou conhece
alguém que tenha
sido vítima de
discriminação racial
procure o Curso de Direito da
Universidade Zumbi dos Palmares

ORIENTAÇÃO - INFORMAÇÃO - PALESTRAS - CONSULTORIAS
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E CRIMINAIS
TODA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO É GRATUITA

Atendimento: Segunda à Sexta das 16:00 às 19:00
Av. Santos Dumont, 843 (antigo Clube de Regatas Tietê) - SP
Tel.: 3325-1000 www.zumbidospalmares.edu.br
nucleocontraoracismo@zumbidospalmares.edu.br



Theodosina Ribeiro

Em 1968, a maior cidade da América Latina elegeu a primeira vereadora negra para a Câmara Municipal de São Paulo. Dois anos depois, Theodosina Ribeiro, foi eleita a primeira deputada estadual negra.

Mesmo sem ter experiência política, a ex-deputada foi a segunda mais votada quando se candidatou à Vereadora de São Paulo. Na vida pública, teve quatro candidaturas vitoriosas, uma como vereadora e três como deputada estadual.

Para as mulheres que sequer tinham direito ao voto, anos depois ver uma mulher, negra, eleita, foi mais que uma vitória. A candidatura de Theodosina impulsionou a carreira política de muitas mulheres.



Graça Machel

Graça Machel viúva do líder negro, ex presidente da África do Sul, Nelson Mandela, que o acompanhou por 15 anos, de 1998 até a sua morte em 2013, tornou-se a primeira mulher a ser primeira dama de duas nações. O sobrenome Machel se deve ao primeiro casamento com o presidente de Moçambique, Samora Machel, morto em 1986 num acidente de aviação.

Com seis anos de idade foi enviada para uma escola de missão protestante e por ser umas das melhores alunas ganhou uma bolsa para estudar em Lisboa, Portugal. Formada em Direito, pela Universidade de Lisboa, a poliglota Graça, que fala cinco idiomas, voltou a Moçambique como professora e lutou clandestinamente com a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), durante a Luta Armada de Libertação Nacional.

A ativista social fundadora da Organização Não Governamental (ONG) Graça Machel Trust, trabalha há anos em causas em defesa das crianças e das mulheres.

Nos anos 90, realizou a pedido da ONU um estudo sobre o impacto dos conflitos armados na infância, que ficou conhecido como “Relatório Machel”, que lhe rendeu a medalha “Nansen”, das Nações Unidas em 1995 e em 2010, a “Time Magazine” a incluiu entre as 100 personalidades mais influentes do mundo. Recebeu em 2014, o Troféu Raça Negra, da Organização Não Governamental Afrobras – Sociedade Afro Brasileira de Desenvolvimento Socio Cultural.



Oprah Winfrey

Oprah Winfrey, é a menina negra que enfrentou a pobreza e se tornou a maior apresentadora da televisão americana e uma das maiores e mais bem-sucedidas personalidades do país. Apresentou o programa de entrevistas The Oprah Winfrey Show, que ficou no ar durante 25 anos. Publica duas revistas, fundou sua própria companhia multimídia, a Harpo Productions (voltada para o cinema, rádio, estúdios, televisão e internet), e criou sua própria emissora de televisão. Tudo isso fez de Oprah o que a revista Time e a emissora CNN chamaram de “possivelmente a mulher mais poderosa do mundo”. É a única pessoa negra americana a figurar na lista das 400 pessoas americanas mais ricas da revista Forbes todo ano desde 1995. É também a primeira mulher negra bilionária do mundo.



"A Faculdade Zumbi dos Palmares chega aos 10 anos. E durante este período eu pude vivenciar a mudança de história dos jovens negros através da educação. São mais de mil alunos graduados, sendo que 90% empregados e 70% efetivados em grandes empresas brasileiras e internacionais. Se você é um jovem em busca de uma faculdade conheça a Zumbi dos Palmares. E se você é alguém que como eu, quer mudar mais vidas através da educação, apoie essa iniciativa."

Wilson Simoninha - Cantor

O cantor Wilson Simoninha, empresta a sua imagem para a promoção de mais acesso dos jovens negros no mercado de trabalho e no ensino superior.

Av. Santos Dumont, 843 - Próximo ao Metrô
Armênia - Tel.: 3325-1000



Apoio:  Abril

FACULDADE

ZUMBI DOS PALMARES
SÃO PAULO - BR



mais bela do planeta

Lupita Nyong'o, estrela do filme "12 Anos de Escravidão", pelo qual ganhou o Oscar de atriz coadjuvante, negra "retinta", foi eleita em 2014 pela revista People, a mais importante publicação de famosos do planeta,

como a mulher mais bela do mundo.

Lupita é queniana, nascida no México e criada nos Estados Unidos da América. É atriz, mas já dirigiu documentário e videoclipe, trabalhou em produção de filme, é modelo, é for-

mada em Teatro na prestigiosa Yale.

Mas mesmo com esse currículo de dar inveja a qualquer um, uma reportagem do site The Hollywood Reporter, afirma que Lupita, mesmo depois do Oscar, enfrenta dificuldades para

conseguir trabalho em Hollywood pelo seu tom de pele.

Após ganhar um Oscar, esperava-se que ela, entrasse para a lista “A” de Hollywood, mas as coisas não são tão simples assim. Hollywood tem atores negros no alto escalão, como Eddie Murphy, Denzel Washington e Will Smith, mas não há nenhuma atriz negra com o status alcançado por Julia Roberts. Whoopi Goldberg chegou perto quando ganhou o Oscar de melhor atriz por “Ghost”, mas apesar desse momento, ela não conseguiu se sustentar no topo, afirma o site.

A atriz é garota propaganda de marcas como a Lancôme e outras importantes do mundo da moda.

“Eu espero que minha presença na tela leve outras meninas a admirarem sua própria beleza.**”**

Lupita Nyong'o.

Seu pai é professor universitário, alto funcionário do governo de seu país. Tem uma irmã, executiva de tecnologia, que foi eleita pela revista Forbes parte dos 20 jovens mais poderosos da África.

Em uma entrevista para a revista “Essence”, a atriz disse que quando era mais nova, rezou para ter uma pele mais clara. Ela via sua pele como um obstáculo a ser superado até que, inspirada pela modelo sudanesa Alek Wek, começou a se apreciar. “Eu espero que minha presença na tela leve outras meninas a admirarem sua própria beleza”, disse ela. ■



21 de março: Dia Mundial da Luta contra a Discriminação Racial

O que comemorar? A memória às vítimas do massacre de Sharpeville?
Vai muito mais além, Justiça Social já!

Por Fátima Brito

A luta pelo resgate e valorização da identidade do povo negro necessita ser diária não restrita apenas numa data. É preciso fortalecer as políticas públicas. A partir daí, teremos mais motivos para comemorações, todos os dias do ano.

Ativista pelos direitos dos menos favorecidos, daqueles sem voz e vez, moradora da zona norte de São Paulo, brasileira, negra, jornalista, mãe, mulher e guerreira, assim é reconhecida Ruth Alexandre Mantoan. Desde os tempos das reportagens de rua, atualmente diretora do portal FalaPovo onde por meio da escrita suas palavras

clamam por igualdade, respeito e melhoria na qualidade de vida dos excluídos brasileiros, em especial, os negros da nossa sociedade brasileira. Ruth tem propriedade para falar sobre o racismo, pois foi uma das vítimas no Brasil.

Carrega consigo a certeza de que a luta contra o racismo é constante, e essa prática não deve ficar restrita a datas pontuais, como o 21 de março, estabelecido pela ONU como Dia Internacional da Luta Contra a Discriminação Racial, ou o 20 de novembro, Dia da Consciência Negra no Brasil. Somente com uma boa educação vamos celebrar com festa essas datas, enfatiza Mantoan.



“... apesar de toda a legislação, existe racismo sim, e fingir que ele não existe vai fazê-lo desaparecer, muito pelo contrário é uma praga, e praga que não é combatida tende a se reproduzir.”

Ruth Alexandre Mantoan.

Alerta que todos precisam conhecer a lei 7.716, que criminaliza o preconceito de raça, o Estatuto da Igualdade Racial, a Lei de Cotas, e para defendê-la com propriedade, conhecer e divulgar a Lei número 1, de 14 de janeiro de 1837, que vetava o acesso dos negros à escola. Além do panorama histórico que explorou o negro e depois o jogou na sociedade, sem condições de sobrevivência, excluído de direitos.

Ações semelhantes acontecem há décadas em diferentes cantos do mundo. Inclusive, neste ano, completa 55 anos em que a cidade de Johanesburgo, capital da África do Sul, instituiu uma lei que obrigava o negro a portar cartão de identificação para controlar o seu acesso a determinados locais, ou seja, sem trânsito livre, como o direito adquirido por qualquer outra raça. Tudo limitado e controlado conforme determinação do país.

Insatisfeitos com a restrição e revoltados, mais de 20 mil negros se organizaram numa manifestação pacífica, porém de grande representatividade. Em marcha, aproximando-se do bair-



Ruth Alexandre Mantoan.

ro de Shaperville se depararam com um exército em fúria, atirando contra tudo e todos com excesso de brutalidade, covardia e preconceito contra a população negra. A intolerância e o terrorismo contra a multidão deixou um saldo de 69 mortos e mais de 180 feridos. Após esse episódio, a ONU – Organização das Nações Unidas instituiu a data em memória às vítimas do massacre de Shaperville, que protestavam contra a lei do passe livre.

Para não nos depararmos com resultados infames como esse ocorrido na África, a jornalista incentiva ainda a população estudar a história do continente Africano, mas sem víés dos colonizadores. Lembrou que apesar de toda a legislação, existe racismo sim, e fingir que ele não existe vai fazê-lo desaparecer, muito pelo contrário é uma

praga, e praga que não é combatida tende a se reproduzir. Ruth destacou que as crianças negras precisam sair de casa preparadas e esse preparo tem que ser complementado na escola. Isso vai fazer bem à sua autoestima e vai lhe dar consciência desde cedo, pois o que mulheres e homens negros têm de enfrentar na vida real vai muito além do Bulling com o cabelo crespo e o nariz achatado.

Que o dia 21 de março possa ser comemorado em memória às vítimas do massacre de Shaperville, àqueles que sofrem discriminação diária e aos que buscam incansavelmente pela justiça social no Brasil e no mundo.

Os números mostram avanços, porém se apresentam de forma tímida. Temos muito trabalho pela frente, encerra Mantoan. ■

a mulher negra nos dias de hoje

Rosangela Ludovico, mulher de sorriso largo, com diploma em Ciências Econômicas, gosta de abusar de roupas coloridas, entusiasmo e ritmo na fala, em toda a atividade que executa, (em especial com o público em situação de vulnerabilidade social), com raça, carregam consigo leveza nas ações. Com olhar límpido, alma gigante e simples, a espiritosa Ludô, como é reconhecida nas comunidades, é a responsável nesta edição a revelar um pouco dos seus sentimentos como mulher negra nos dias de hoje e as estratégias que essas heroínas estão criando para superar as dificuldades na luta contra o preconceito racial no Brasil.

Eu chamaria de Negona Guerreira de Categoria, pois ela busca cada vez mais o conhecimento usando a sabedoria herdada independentemente da classe social. O preconceito está aí, mas cada uma criou o seu jeito de superar e vencer os obstáculos. Mesmo com esforço gigantesco, infelizmente não há receita pronta e a experiência de cada uma é sempre compartilhada entre todas.

“Uma das coisas mais lindas desta década é ver as negonas assumirem a sua negritude sem se preocupar em ser rotulada de beleza exótica.

No quesito Igualdade Racial tivemos um grande avanço - mérito do movimento negro, mas estamos vivendo um momento

muito delicado - o genocídio que está aumentando em progressão geométrica dos nossos jovens negros, comunidades racistas e preconceituosas nas redes sociais e a intolerância religiosa. Neste momento seria fundamental a maior participação da sociedade civil, mas esta participação não se consegue com conscientização e sim com sensibilização.

Tive o privilégio de conhecer um filósofo que nasceu na Tunísia e foi criado na França, do qual sou fã de carteirinha que diz o seguinte: “Na era do conhecimento, deixar de reconhecer o outro em sua inteligência é recusar-lhe sua verdadeira identidade social, é alimentar seu ressentimento e sua hostilidade, sua humilhação, a frustração de onde surge a violência.



Rosângela Ludovico.

Em contrapartida, quando valorizamos o outro de acordo com o leque variado de seus saberes, permitimos que se identifique de um modo novo e positivo, contribuímos para mobilizá-lo, para desenvolver nele sentimentos de reconhecimento que facilitarão, consequentemente, a implicação subjetiva de outras pessoa em projetos coletivos” (Levy, 1998:28 e 29) Pierry Levy.

A Lei 10.639/03 deveria estar implantada até 2015, porém, infelizmente não ocorreu como se esperava. Assim tenho uma crítica a fazer: “A educação só acontece no plural” e faltou sensibilidade e humildade do MEC em relação a estas questões.

Temos experiência com materiais pedagógicos que poderiam ser implantados em nível nacional como exemplo o Bornal de Jogos de Curvelo/MG, os cadernos pedagógicos do Ilê Aiyé da Babia, Projeto Comunic’Arte de São Paulo, entre outros, e olha aí a sustentabilidade com geração de emprego e renda uma parceria

compartilhada entre o Governo, as Ong’s - Organizações Não Governamental. Todos ganhariam. Mas temos pontos positivos às ações afirmativas que estão caminhando em passos largos.

É muito bom ver mais jovens ingressando nas universidades brasileiras. Para surpresa de muitos, estes mesmos jovens em sua maioria, atingem as maiores notas porque eles sabem quão o ingresso é importante.

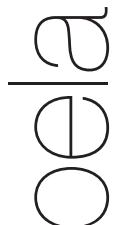
É importante também nos lembrarmos de algumas situações que nos motivaram ao longo da jornada, e incentivaram outros também, por exemplo: nos primeiros anos da Faculdade Zumbi dos Palmares, uma vez por mês eram convidados afrodescendentes (artistas, cantores, empresários, educadores e profissionais liberais) para contar a sua trajetória e como conseguiram atingir os seus objetivos, com isso sensibilizaram os estudantes mostrando os desafios e vantagens, e que todos eles

tinham a mesma oportunidade também. Posteriormente, vi acontecer esse projeto em escolas do ensino fundamental e médio, Centros Comunitários e Organizações Não Governamentais. Considero essa ação fundamental, pois quando voltamos para as nossas comunidades mostramos que não esquecemos as nossas origens e que podemos contribuir em muitos avanços e conquistas para a população negra, nos diferentes aspectos. Eu acredito!

Nunca é fácil, porém para conquistas é preciso uma jornada intensa de fé, coragem, companheirismo, interesse e espírito de luta”, alertou Ludovico. ■

Rosângela Ludovico de Souza, Graduada em Ciências Econômicas pela Faculdade São Judas Tadeu - Especialização em Gestão para Organizações da Sociedade Civil pelo GESC – MBA – EXES – FLA//USP. Diretora do CCA – responsável pela implantação e implementação de ações para divulgação da cultura africana.

mulheres em marcha: unidas equidade



Em busca de transformações concretas na sociedade brasileira, mulheres negras de todo o Brasil organizam, desde 2011, a Marcha das Mulheres Negras 2015. Esta grande marcha foi idealizada durante o Encontro Paralelo da Sociedade Civil para o Afro XXI: Encontro Ibero Americano do Ano dos Afrodescendentes (16 a 20 de novembro de 2011), na cidade de Salvador, Bahia. Trata-se de uma iniciativa de articular as mulheres negras brasileiras. A intenção é reunir o máximo de organizações de mulheres negras, assim como outras organizações do Movimento Negro, sem dispensar o apoio de organizações de mulheres e de todo tipo de organização que apoie a equidade socioracial e de

gênero. O protagonismo da ação é das Mulheres Negras.

A Marcha, que acontecerá em 18 de novembro de 2015, em Brasília, é uma homenagem às ancestrais e em defesa da cidadania plena das mulheres negras brasileiras. Os motivos que impulsionam tal ação se justificam quando se analisam as estatísticas sobre a realidade da mulher negra no Brasil. A população negra feminina é formada por 49 milhões de mulheres. O racismo, o machismo, a pobreza, somados às desigualdade social e econômica, tem prejudicado a vida da mulher negra, rebaixando a autoestima coletiva e dificultando sua sobrevivência.

O fortalecimento da identidade negra tem sido prejudicado ao longo

dos séculos pela construção negativa da imagem da pessoa negra, especialmente da mulher negra, desde a estética (cabelo, corpo, sexualidade, subalternização, entre outros) até ao papel social desenvolvido pelas mulheres negras. As mulheres negras continuam recebendo os menores salários e são as que mais têm dificuldade para entrar no mundo do trabalho, de acordo com dados oficiais do IPEA.

A construção do papel social das mulheres negras é sempre pensada na perspectiva da dependência, da inferioridade e da subalternização, dificultando o acesso aos espaços de poder, de gerência e de decisão, quer seja no mercado de trabalho, quer seja no campo da representa-

ção política e social. As mulheres negras sustentam o grupo familiar desempenhando tarefas informais, que as levam a ter duplas e triplas jornadas de trabalho. Ainda não são, plenamente respeitados, todos os direitos humanos (direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais).

O convite-convocação é geral

A organização da mobilização convida a população em geral. O interesse especial é nas meninas negras, adolescentes e jovens do campo e das cidades, enfermeiras, professoras, empregadas domésticas, quilombolas, das manifestações e danças tradicionais (carimbó, marabaixo, maracatu, tambor de crioula, jongo e outras), do samba (sambistas, passistas, porta-bandeiras), prostitutas, negras médicas, ligadas às religiões de matrizes africanas (candomblé, mina, quimbanda, umbanda, pena-maracá e outras), negras cujos filhos/as foram assassinados pela polícia, lavadeiras, cozinheiras, da construção civil, cristãs (católicas, anglicanas, presbiterianas, batistas, testemunha de Jeová, assembleianas, dentre outras), bahaistas, nerds, punks, emos, desportista, artistas, ateias, portadoras de deficiência, regueiras, rappers, funkeiras, DJs, B Girls, grafiteiras, garis, empresárias, que conseguiram cursar o terceiro grau, cujos parentes foram assassinados nos episódios do Carandiru, Candelária, Vigário Geral, Eldorado dos Carajás e outros massacres, lésbicas, bissexuais, transsexuais, modelos fashions, negras sem terra, atingidas por barragens, sem teto, negras-indígenas, negras ribeirinhas, negras



extrativistas, negras não alfabetizadas, negras que foram mal atendidas no sistema de saúde ou seja, todas as mulheres negras, inclusive, e principalmente, as quem foram e/ou estão sendo discriminadas por vizinhos, por médicas, por dentistas e outros, mas que têm se sentido impotentes diante de tão grande opressão.

O tamanho da marcha

O Brasil tem a maior população negra fora da África (aproximadamente 100 milhões de pessoas) e nós, mulheres negras (pretas+ pardas), somos cerca de 49 MILHÕES, então a ideia é viabilizar o deslocamento à Brasília de uma representação do máximo dos 5.565 municípios, com meninas-adolescentes-jovens-adultas-idosas negras.

Preparação

Na capital de cada estado haverá coordenações para mobilização da marcha que agregarão uma ou mais organizações negras e ficarão responsáveis por garantir a capilaridade para os municípios, os quais poderão,

por sua vez, ter seus próprios espaços de referências.

O propósito maior

O processo de mobilização e preparação será um dos maiores ganhos da marcha. Oficinas ligadas às mais diversas expressões da cultura negra de cada estado-município poderão ser realizadas; oficinas ligadas à geração de renda, de apropriação de novas tecnologias e outras, poderão servir de base para o estímulo ao aumento da autoestima coletiva das mulheres negras deste país. Dessa forma, deverão ser realizadas – em cada município envolvido na marcha – oficinas sobre DHESCA (direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais) e Negritude Feminina.

Chamamento à solidariedade

Para a Marcha das Mulheres Negras 2015 são convidadas todas as mulheres negras brasileiras na construção e participação. Os objetivos são muitos. Dentre eles, dar maior visibilidade à situação de opressão secular da mulher negra, homena-

gear as ancestrais. Exigir do Estado brasileiro, bem como de todos os setores da nossa sociedade, respeito e compromisso com a promoção da equidade racial e de gênero, a fim de que se possa exercer plenamente os direitos como cidadãs brasileiras e construtoras históricas deste país chamado Brasil.

Comitê Impulsor da Marcha das Mulheres Negras 2015

- Agentes de Pastoral Negros – APNs
- Articulação Nacional de Mulheres Negras – AMNB
- Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ

Coordenação Nacional de Entidades Negras – CONEN
Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas – FENATRAD
Fórum Nacional de Mulheres Negras
Movimento Negro Unificado – MNU ■

Fonte: 2015 Marcha Mulheres Negra

Nota pública

Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver acontecerá, em 18 de novembro de 2015, em Brasília

Brasília, 11 de janeiro de 2015.

O Comitê Nacional Impulsor da Marcha de Mulheres Negras 2015, reunido em Brasília nos dias 10 e 11 de janeiro, definiu a alteração de data de realização da Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver para 18 de novembro de 2015, na capital federal.

A mudança de data é decorrente da avaliação das organizações que integram o comitê nacional sobre:

- o recrudescimento do racismo e sexism e o avanço de forças conservadoras e neoliberais no Estado e na sociedade civil;
- a composição de uma agenda contínua de enfrentamento à violência racial e patriarcal em todos os espaços que se façam necessários com respostas contundentes e sistemáticas do movimento de mulheres negras em âmbito local, regional e nacional;
- novas interlocuções políticas que demandam novas estratégias de combate ao racismo e ao sexism.

Frente a esse quadro político, incorporou-se à Marcha a seguinte agenda de mobilização, nos municípios e nos estados, de Março a Novembro de 2015:

- 8 de Março: Dia Internacional da Mulher.
- 21 de Março: Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial.
- 27 de abril: Dia Nacional da Trabalhadora Doméstica.
- 13 de Maio: Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo.
- 25 de Julho: Dia da Mulher Afrolatinoamericana e Afrocaribenha.
- 18 de Novembro: Marcha das Mulheres Negras 2015, em Brasília.

No mesmo encontro, o Comitê Nacional assumiu o caráter executivo, sendo composto por: Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), Associação das Pastorais Negras (APNs), Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen), Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD), Fórum Nacional de Mulheres Negras, Movimento Negro Unificado (MNU) e União de Negros pela Igualdade (UNEGR).

Comitê Nacional Impulsor da Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver

"A Faculdade Zumbi dos Palmares chega aos 10 anos. E durante este período eu pude vivenciar a mudança de história dos jovens negros através da educação. São mais de mil alunos graduados, sendo que 90% empregados e 70% efetivados em grandes empresas brasileiras e internacionais. Se você é um jovem em busca de uma faculdade conheça a Zumbi dos Palmares. E se você é alguém que como eu, quer mudar mais vidas através da educação, apoie essa iniciativa."

Cinara Leal - Atriz



A atriz Cinara Leal, empresta a sua imagem para a promoção de mais acesso dos jovens negros no mercado de trabalho e no ensino superior.

Av. Santos Dumont, 843 (dentro do Clube
de Regatas do Tietê) próximo ao Metrô
Armênia - Tel.: 3325-1000



FACULDADE
ZUMBI DOS PALMARES
SÃO PAULO - BRASIL

Selma, o filme

Por Daniela Gomes

Foto: Divulgação.



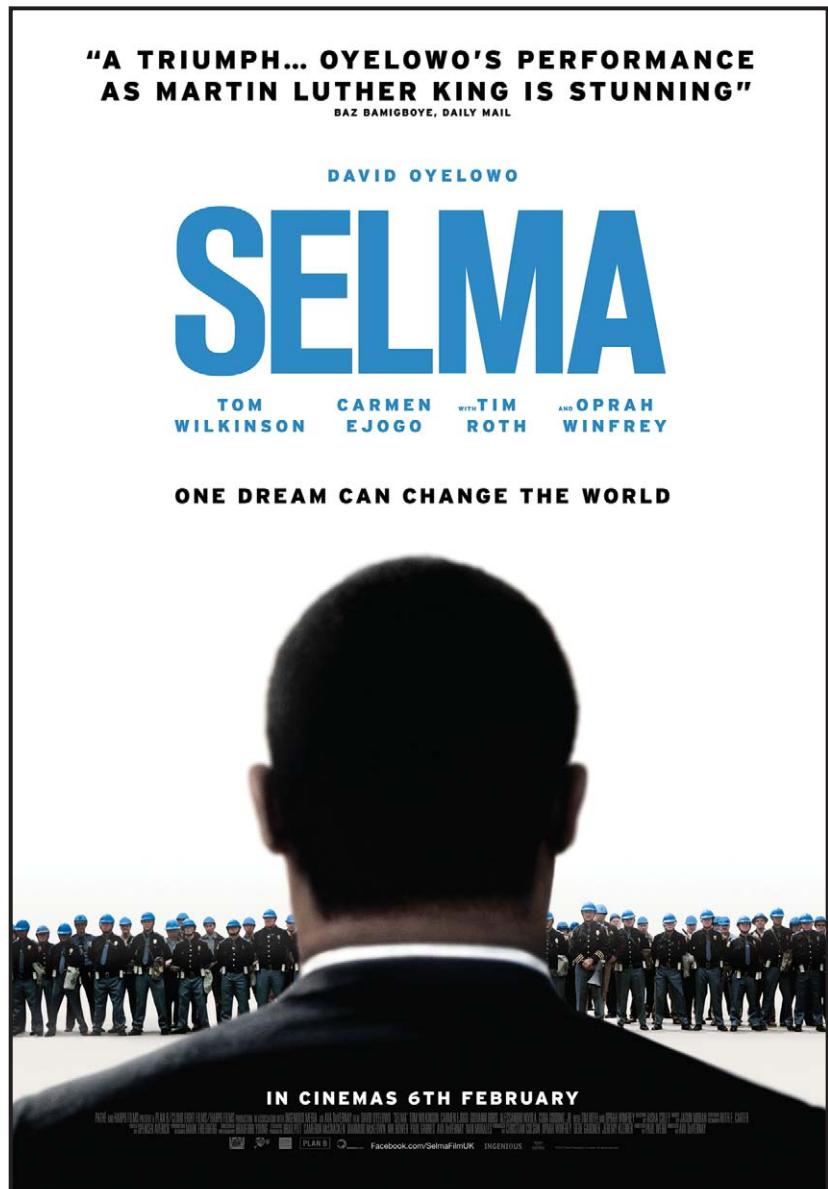
O filme Selma – Uma luta pela igualdade, que ganhou o Oscar de Canção original, conta a história da luta pelo voto no Alabama e narra como a presença de Martin Luther King foi fundamental ao liderar a população em sua busca por direitos iguais.

Com cenas marcantes, destacam-se em Selma não apenas a atuação brilhante de David Oyelowo, que realmente consegue convencer como Martin Luther King, a direção de Ava DuVernay que conseguiu trabalhar momentos históricos con-

“O filme chega às telas em um momento de extrema tensão, quando diversos casos envolvendo mortes negras pela polícia americana, são postos de lado pela justiça...”

flituosos de modo simples e direto, como por exemplo, as polêmicas envolvendo as relações extra conjugais do líder, e a fantástica trilha sonora criada por Common e John Legend, mas também a interação entre cada um dos milhares de atores que transmitem a emoção daqueles que marcharam em Selma, Alabama em março de 1965.

No ano que a Marcha de Selma à Montgomery completa 50 anos, a procura de um bom filme não é a única razão que fez com que Selma se destacasse nos Estados Unidos. O filme chega às telas em um momento



de extrema tensão, quando diversos casos envolvendo mortes negras pela polícia americana, são postos de lado pela justiça, que absolve os policiais, gerando a revolta de milhares de pessoas que saem as ruas em protestos, nem sempre pacíficos, lembrando o país que as tensões raciais antes vigentes, não foram dissipadas no contexto pós direitos civis.

O método de resistência sem violência ministrada por Martin Luther King aparece não apenas

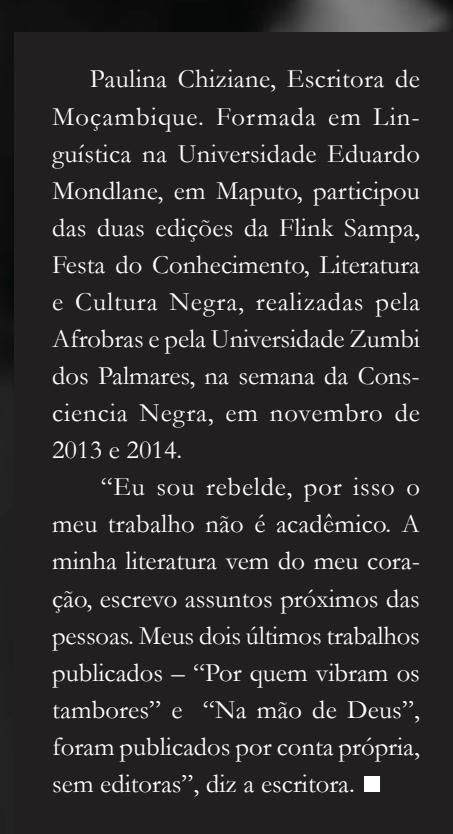
nas telas, mas também na vida real, como uma alternativa para aqueles que em 2015 ainda almejam o fim do racismo e uma sociedade mais justa e igualitária.

No Brasil, a chegada do filme, reaviva a necessidade da luta e da mobilização e lembra que o contexto histórico pode até ser diferente, mas ainda existe em cada cidade brasileira uma Selma esperando para levantar em marcha contra o racismo e a opressão de mais de 50% da população. ■

Paulina Chiziane

Paulina Chiziane, Escritora de Moçambique. Formada em Linguística na Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo, participou das duas edições da Flink Sampa, Festa do Conhecimento, Literatura e Cultura Negra, realizadas pela Afrobras e pela Universidade Zumbi dos Palmares, na semana da Consciencia Negra, em novembro de 2013 e 2014.

“Eu sou rebelde, por isso o meu trabalho não é acadêmico. A minha literatura vem do meu coração, escrevo assuntos próximos das pessoas. Meus dois últimos trabalhos publicados – “Por quem vibram os tambores” e “Na mão de Deus”, foram publicados por conta própria, sem editoras”, diz a escritora. ■



Consciência se constrói com educação.

Fundada em 1997, a Afrobras é o resultado do idealismo e esforço de um grupo de cidadãos de todas as raças, formado por intelectuais, autoridades, personalidades, empresários, estudantes e trabalhadores, que tem por objetivo promover a inserção socioeconômica, cultural e educacional dos jovens negros na sociedade brasileira.

Desenvolvendo atividades de informação, formação, capacitação, qualificação e assessoria técnica, jurídica e política, a Afrobras destaca-se hoje como referência na busca de valorização e afirmação do negro brasileiro.

Entre suas inúmeras atividades, merecem destaque a **Faculdade Zumbi dos Palmares**, o **Colégio da Cidadania Zumbi dos Palmares**, a agência internacional de notícias **Afrobrasnews**, a revista **Afirmativa Plural**, o programa **Negros em Foco**, o **Troféu Raça Negra** e a **Medalha do Mérito Cívico Afro Brasileiro**.

Até agora foram apenas 18 anos ajudando a mudar uma história de quase 4 séculos. Sabemos que o caminho a percorrer ainda é longo, mas ele está cada vez mais livre. E plural.

Saiba mais. Acesse www.afrobras.org.br

futura



ZUMBI DOS PALMARES

FACULDADE ZUMBI DOS PALMARES

SÃO PAULO - BRASIL

afrobras

Sem educação não há liberdade

Pós-Graduação na Universidade Zumbi dos Palmares. Aqui você pode.



Direito Público

O curso traz modernas abordagens do Direito Constitucional, Tributário, Administrativo além do Direito Processual Penal e Criminologia.

Gestão de Segurança Urbana

A Universidade Zumbi dos Palmares em parceria com a Guarda Civil Metropolitana lança o primeiro Curso de Pós-Graduação em Gestão da Segurança Urbana do Brasil. O curso traz uma abordagem diferenciada pautada nas diretrizes constitucionais.

Coordenação

Prof. Dr. Vander Ferreira de Andrade
Mestre em Filosofia do Direito e do Estado,
Doutor em Direito do Estado.



www.zumbidospalmares.edu.br
Av. Santos Dumont, 843 - Ponte Pequena
(11)3325-1000